



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

JUDE DE OLIVEIRA BENTO DA SILVA

O DEBATE DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE
Uma análise a partir dos artigos do XVII ENPESS (2022)

JUIZ DE FORA
2026

JUDE DE OLIVEIRA BENTO DA SILVA

O DEBATE DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE

Uma análise a partir dos artigos do XVII ENPESS (2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula.

JUIZ DE FORA
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Oliveira Bento da Silva , Jude.

O debate dos fundamentos do Serviço Social na atualidade : uma análise a partir do XVII ENPESS (2022) / Jude de Oliveira Bento da Silva . -- 2026.

80 p. : il.

Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. fundamentos. 2. Serviço Social . 3. ENPESS. I. Gonçalves Pereira de Paula, Luciana, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Jude de Oliveira Bento da Silva
Matrícula Discente	202068018
Título do TCC	"O Debate dos Fundamentos na atualidade: uma análise a partir dos artigos do XVII ENPESS (2022)"
Natureza do trabalho	Monografia - trabalho de conclusão de curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Luciana Gonçalves Pereira de Paula
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	28/01/2026
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dr ^a . Luciana Gonçalves Pereira de Paula Dr ^a . Ana Luiza Avelar de Oliveira Dr ^a . Alexandra A. L. T. S. Eiras

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 14 de janeiro de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Chefe de Departamento**, em 29/01/2026, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2825798** e o código CRC **DC58BA38**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "O Debate dos Fundamentos na atualidade: uma análise a partir dos artigos do XVII ENPESS (2022)", para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Jude de Oliveira Bento da Silva (matrícula 202068018), sob orientação da Prof.^(a) Dr.^(a) Luciana Gonçalves Pereira de Paula, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ao 28º dia do mês de janeiro do ano de 2026, às 18h00 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dr ^a	Luciana Gonçalves Pereira de Paula	Orientadora
Dr ^a	Ana Luiza Avelar de Oliveira	Membro da Banca
Dr ^a	Alexandra A. L. T. S. Eiras	Membro da Banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

--

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMACÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 14 de janeiro de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Chefe de Departamento**, em 29/01/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 29/01/2026, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Avelar de Oliveira, Professor(a)**, em 30/01/2026, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jude de Oliveira Bento da Silva, Usuário Externo**, em 30/01/2026, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2825792** e o código CRC **3152C820**.

À Ivete, ao Wilson e à Celia, por me aceitarem como sou, pelo afeto, pelos ensinamentos e por sempre me incentivarem a estudar e a correr atrás dos meus sonhos. Ao Luan, pelo seu companheirismo, pela sua consideração e por sua irmandade. À Tainara e ao Ricardo, pelo apoio, por acreditarem em mim e por nunca terem soltado a minha mão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora e amiga, não só pelos ensinamentos valiosos na iniciação científica e no TCC, mas também por me ajudar a correr atrás dos meus sonhos e dos meus direitos, tendo contribuído imensamente para que eu conseguisse chegar ao final da graduação.

Agradeço também às professoras da Faculdade de Serviço Social da UFJF e à minha supervisora de estágio, por terem me proporcionado uma formação profissional de excelência e por terem corroborado, de forma significativa, com as minhas condições de permanência na universidade.

Outrossim, quero agradecer à Laís, ao Davi e aos colegas do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), por todo apoio e incentivo durante o curso.

Por fim, gostaria de agradecer a Sidney pelo seu acolhimento assim que ingressei na UFJF.

“A educação é o nosso passaporte para o futuro,
pois o amanhã pertence às pessoas que se
preparam hoje.”
(Malcom X)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 SERVIÇO SOCIAL E SEUS FUNDAMENTOS: DO SURGIMENTO AOS DIAS ATUAIS	14
2.1 O Serviço Social Tradicional: da gênese à era desenvolvimentista.....	14
2.2 Autocracia Burguesa, Ditadura Militar e o Processo de Renovação do Serviço Social.....	23
2.3 A consolidação de um novo projeto profissional.....	33
2.4 Neoliberalismo, mercantilização do ensino superior e pandemia da COVID-19: ameaças à hegemonia do projeto ético-político profissional.....	33
3 O DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: DIFERENTES ABORDAGENS E COMPREENSÕES	41
3.1 O debate dos fundamentos segundo Carmelita Yazbek.....	41
3.2 O debate dos fundamentos de acordo com Yolanda Guerra.....	46
3.3 O debate dos fundamentos no XVII ENPESS (2022).....	51
3.4 Os sete (7) artigos de fundamentos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022).....	61
3.5 As tendências do debate de fundamentos no XVII ENPESS (2022).....	72
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central o debate dos fundamentos do Serviço Social. O interesse por este tema foi sendo desenvolvido ao longo do processo de formação acadêmica. Inicialmente, o desejo era discutir sobre o processo transexualizador, em consonância com o que realizei em minha primeira produção acadêmica¹, mas essa ideia foi se modificando ao longo do tempo.

Os meus primeiros períodos da graduação foram cursados durante a Pandemia da COVID-19, ou seja, meu primeiro contato com o curso foi através do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Isso fez com que eu cursasse as disciplinas Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos I e II no formato online, o que me distanciou um pouco deste assunto². Posteriormente, tive a oportunidade de cursar Fundamentos III de forma presencial, o que fez com que eu realmente me interessasse por aquilo que era discutido na disciplina.

Pouco tempo depois, participei de um processo seletivo para iniciação científica, vinculada à pesquisa intitulada "Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social"³, no qual fui aprovado na qualidade de bolsista. Ao longo dessa experiência, também passei a compor o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFFS). O conjunto das vivências aludidas, somado ao incentivo da minha orientadora de pesquisa e dos demais colegas do GEPEFFS, fizeram com que eu passasse a enxergar no debate dos fundamentos a minha principal área de interesse como pesquisador.

Ademais, em setembro de 2024 foi realizado o II Encontro Internacional

¹ A produção em questão se refere à tradução "Além do Binário: como discursos afetam o acesso de pessoas não binárias a tratamentos de afirmação de gênero" (da Silva; Eloi, 2022). O texto discorre sobre como a ideologia transmedicalista, reproduzida pelos profissionais de saúde, inibe o acesso de pessoas trans não binárias ao processo transexualizador.

² Compreendo que os fundamentos não se resumem às disciplinas que cursamos na graduação. No entanto, é inegável que este é o primeiro contato dos discentes com esse assunto.

³ A pesquisa orientada pela Profa. Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula teve o intuito de mapear, quantitativa e qualitativamente, o debate dos fundamentos, da formação e do trabalho profissional nos artigos publicados no XVII Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS 2022), nas teses e dissertações da área do Serviço Social e nas grades curriculares dos próprios programas de pós-graduação em Serviço Social. Realizou-se ao longo dos anos de 2023 e 2024, em articulação com o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) em Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

de Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social e II Seminário Nacional de Fundamentos do Serviço Social, no qual eu e a orientadora da pesquisa antes mencionada tivemos a oportunidade de apresentar alguns resultados parciais da mesma. Tal evento foi de grande importância pessoal e profissional para mim, oferecendo o incentivo final que eu precisava para enfrentar o desafio que é escrever sobre os fundamentos do Serviço Social.

Perante o que foi exposto, este Trabalho de Conclusão de Curso pretende abordar os fundamentos do Serviço Social, a partir dos dados coletados na pesquisa indicada acima. Nesse sentido, a intenção é debruçar-se sobre um dos objetivos do estudo, que se refere ao mapeamento do debate dos fundamentos nos trabalhos publicados nos anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro em 2022.

Alguns dados levantados pela pesquisa "Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social", que se encerrou em 2024 já foram publicados e nos apontam que em se tratando do XVII ENPESS (2022), dos setecentos e noventa e quatro (794) artigos publicados nos anais do evento, vinte e seis (26) deles pretendiam debater os fundamentos do Serviço Social. No entanto, destes vinte e seis (26), apenas sete (7) deles apresentaram uma concepção clara de fundamentos (Lima et al, 2024), aproximadamente 3% do total.

Dessa forma, os dados acima mencionados apontam para o pouco debate sobre os fundamentos do Serviço Social. Outrossim, as análises realizadas pelo GTP "Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional" (GTP de fundamentos) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) indicam a falta de clareza sobre esta discussão, além de diferentes concepções acerca da mesma (Lima et al, 2024). Neste ponto, as tendências em evidência no evento são: a concepção que identifica os fundamentos sócio-históricos da profissão; e a definição que os trata como fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social.

Em vista disso, o propósito deste trabalho é compreender as concepções acerca dos fundamentos do Serviço Social e a incidência desse debate nos artigos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022), com base

nos dados coletados através da pesquisa: "Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social".

Para a construção de nossa reflexão utilizaremos, inicialmente, a pesquisa bibliográfica, que nos permite conhecer com maior profundidade as construções e fundamentações teóricas acerca do objeto estudado. Com ela, pretendemos adensar nossa reflexão sobre o tema, bem como identificar as principais tendências presentes no debate sobre os fundamentos, no campo do Serviço Social, a partir do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS 2022).

Dessarte, entende-se que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo imprimir sobre as fontes pesquisadas um viés analítico crítico baseado em uma determinada perspectiva teórica (Lima e Miotto, 2007). Considerando esse aspecto, a pesquisa bibliográfica se difere da revisão bibliográfica pois vai além da mera observação do que está descrito nas fontes de estudo. Conforme afirmam Lima e Miotto (2007, p.8):

É um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico que permite, por sua vez, um leque de possibilidades na apreensão das múltiplas questões que envolvem o objeto de estudo.

Em vista disso, a perspectiva teórica a partir da qual as referências textuais serão analisadas é a Teoria Social Marxista, com base no método materialista histórico dialético. Parte-se do entendimento que esse método articula três categorias fundantes: a totalidade, a contradição e a mediação. Portanto, para compreender a essência de um objeto, parte-se da constatação de que ele está inserido na sociedade burguesa, que é uma totalidade concreta e também dinâmica, resultando em seu caráter contraditório (Netto, 2011).

Logo, o método em Marx constitui-se na compreensão do fenômeno através da reprodução ideal do movimento real do objeto pelo pesquisador com o intuito de compreender suas múltiplas determinações:

Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o

cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). Prossigamos: para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável – é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto (Netto, 2011, p. 21-22).

Consecutivamente, no segundo item deste trabalho, resgataremos a trajetória sócio-histórica do Serviço Social, destacando a sua gênese e os momentos mais relevantes de seu desenvolvimento no Brasil, até chegar a consolidação do projeto ético-político e as ameaças pelas quais este tem passado. O tópico abordará os fundamentos do Serviço Social, demonstrando a importância do debate acerca desta questão para a manutenção da hegemonia do projeto de profissão mencionado.

Sucessivamente no terceiro item deste trabalho, destacaremos as construções teóricas desenvolvidas por duas das principais autoras no campo do debate dos fundamentos do Serviço Social. Nesse sentido, iremos apresentar algumas produções de Carmelita Yazbek e Yolanda Guerra, evidenciando as abordagens que as autoras apresentam acerca da discussão mencionada.

Ainda dentro deste terceiro tópico, vamos apresentar a já mencionado pesquisa "Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social". Em continuidade, serão demonstrados os dados encontrados na pesquisa, em específico, aos artigos do subeixo de Fundamentos do Serviço Social – dentro do eixo Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional – publicados nos anais do evento supracitado. Sendo assim, estes artigos de fundamentos serão analisados com o intuito de trazermos à baila as principais tendências do debate de fundamentos do Serviço Social no XVII ENPESS (2022). Finalmente, o quarto tópico versará sobre as considerações finais.

2. SERVIÇO SOCIAL E SEUS FUNDAMENTOS: DO SURGIMENTO AOS DIAS ATUAIS

Este item tratará dos fundamentos do Serviço Social por meio da análise sócio-histórica do percurso da profissão no país, tal como o direcionamento ético, político, teórico e social que esta vem apresentando. Com intuito de realizar esta análise, nos balizaremos na reconstrução da trajetória da profissão à vista da orientação teórico-metodológica enraizada na Teoria Social Marxista tendo em mente, principalmente, as concepções teóricas desenvolvidas por Marilda Iamamoto e José Paulo Netto ao longo de suas respectivas trajetórias profissionais. Tais conceitos são considerados os pilares dos fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, sendo um consenso na profissão.

Trata-se de um esforço de captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução da relação de classe e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.71).

A seguir, no primeiro subitem do tópico dois (2), vamos tratar do surgimento do Serviço Social no Brasil na década de 1930 e o seu desenvolvimento até o início da década de 1960. Essa exposição aludirá: os panoramas nacionais e internacionais que antecederam esta gênese; o Serviço Social Tradicional e o processo de institucionalização da profissão no Brasil, bem como as diferentes abordagens profissionais que foram desenvolvidas no período referenciado.

2.1. O Serviço Social Tradicional: da gênese à era desenvolvimentista

O surgimento do Serviço Social no Brasil se deu, de forma inicial, na década de 1930, período no qual o país passava por um processo histórico de generalização do trabalho livre, após a abolição formal da escravidão e durante a Primeira República (Iamamoto e Carvalho, 1982). Com o intuito de compreender como se deu essa gênese, é importante analisar o contexto

histórico que a antecedeu. Isso porque, como será exposto nos parágrafos a seguir, a história da profissão e a razão de seu surgimento são transpassadas pela história e a formação social brasileira.

No plano externo, o mundo testemunhava o surgimento do primeiro Estado socialista da história: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, com ele, a efervescência do movimento operário em toda a Europa (Iamamoto e Carvalho, 1982). Segundo Netto (1992), é um consenso na tradição marxista que o final do século XIX é marcado por mudanças significativas no funcionamento da ordem capitalista. Tal período histórico é caracterizado pelo processo de transição entre o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista, período que ficou conhecido como “estágio imperialista” (Netto, 1992, p.16):

Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica.

O panorama internacional aludido refletiu diretamente na dinâmica da sociedade brasileira, que também vivia as consequências do “estágio imperialista”. São nessas circunstâncias de mudança na dinâmica social característica do período de transição que ocorreu o agravamento da “questão social”⁴. Haja vista que se acirraram as contradições entre capital e trabalho nos grandes centros urbanos em um cenário de crescimento numérico da classe trabalhadora (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Conseqüentemente, a ampliação do proletariado gerou um fenômeno característico do capitalismo monopolista e um prato cheio para o acirramento das desigualdades: o aumento do exército industrial de reserva (Sweezy, 1977 *apud* Netto, 1992). Logo, o acirramento das expressões da “questão social” e o cenário político internacional desencadearam, nas décadas de 1910 e 1920,

⁴ A relação entre “questão social” e o desenvolvimento do capitalismo nacional é intrínseca pois, segundo Netto (2001), ela é parte constitutiva do sistema mencionado. Assim, o autor aponta que esse fenômeno expressa, de forma generalizada, as desigualdades decorrentes da exploração da força de trabalho.

um cenário nacional de efervescência de reivindicações sociais⁵ demandadas por uma classe trabalhadora recém constituída. Segundo Netto (2001, p.17):

É fato conhecido que historicamente a "questão social" tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco de poder, e, em especial, pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a "questão social" para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

As primeiras respostas a essas reivindicações foram a criação de instituições assistenciais vinculadas às ações filantrópicas da Igreja Católica, entre as décadas de 1910 e 1920. A Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, eram compostas por mulheres ligadas às burguesias regionais (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Essas instituições — expressões das protoformas do Serviço Social — atuavam com base nas ideias de apostolado social e assistência preventiva (Iamamoto e Carvalho, 1982). O objetivo delas era atenuar os impactos do “estágio imperialista” sob a classe operária, bem como garantir o pleno funcionamento do mesmo.

Nessa dinâmica, o Estado, em busca de legitimação, desenvolveu uma política de massas que passou a reconhecer alguns direitos referentes a determinados segmentos do proletariado. A implementação de tal medida também se deu em alinhamento com os interesses da burguesia nacional, que esperava que as ações tomadas pelo Estado inibissem os movimentos sociais dos trabalhadores (PAULA, 2014).

Foi nesse panorama de lutas sociais que as expressões da “questão social” foram colocadas em pauta pelo proletariado. Dessa forma, tornou-se necessária a criação de uma profissão que interviesse nessas expressões, mediando o conflito de interesses entre a burguesia e a classe trabalhadora:

⁵ Dentre as principais exigências dos proletários estavam: o aumento salarial, a redução da jornada de trabalho, a proibição do trabalho infantil, o direito à férias e o reconhecimento da entidades sindicais (PAULA, 2014).

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social (Netto, 1992, p.69).

Foi na década de 1930, marcada pelo acirramento das lutas sociais e pela Intentona Comunista, que o Serviço Social brasileiro começou a se desenvolver enquanto profissão, sob a doutrina social da Igreja Católica, baseado em uma formação moral e técnica de cunho humanista-cristã (Paula, 2014). O objetivo, semelhante aquele almejado pelas protoformas da profissão, era fazer com o que o indivíduo se adequasse aos padrões de vida da sociedade burguesa, alinhados aos interesses do Estado:

A Igreja Católica apresentava-se como importante aliada do Estado, pois defendia as posturas autoritárias dos governos da República Velha e condenava as manifestações operárias combatendo toda e qualquer forma de rebelião. Com isso, no ano de 1936 criou-se a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo e em 1937 fundou-se a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro - ambas administradas dentro dos preceitos católicos (Paula, 2014, p. 225).

À vista disso, as Escolas Especializadas acima mencionadas surgiram para atender a demanda de profissionalização do Serviço Social em meio ao seu processo de institucionalização (Iamamoto e Carvalho, 1982). Este transcurso solidificou-se na década de 1940, como consequência da expansão das instituições assistenciais estatais e paraestatais.

Nesse sentido, houve uma mudança na inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho e a principal função das profissionais passou a ser a de executar as políticas sociais (Paula, 2014). Tal modificação se deu como consequência do crescente acirramento das expressões da "questão social" e do contexto de industrialização nacional.

Por conseguinte, a ação do Serviço Social passou a se direcionar para os indivíduos empregados. Quanto aos mais pobres, indigentes e pessoas em situação de rua, estes eram deixados aos cuidados da Igreja Católica sob a lógica da caridade e da filantropia (Paula, 2014). Nesse sentido, a intenção de direcionar a ação do Serviço Social aos operários e suas famílias era justamente controlar os sujeitos que sustentavam o capital através da venda

de sua força de trabalho:

Desse modo, o Serviço Social consolidou-se, enquanto profissão institucionalizada e reconhecida, atrelado às estratégias sócio políticas de um Estado corporativista que precisava assegurar a sua legitimidade em meio ao período ditatorial capitaneado por Getúlio Vargas (Paula, 2014, p.227).

Nesse contexto, é importante destacar que o aumento do uso de mecanismos de disciplinamento e controle social é característico desse momento de amadurecimento do modelo capitalista. Com esta amplificação, o Estado passou a intermediar essa relação assumindo, de forma exponencial, funções que visavam o controle e a garantia da reprodução da Força de Trabalho:

Ao abranger as condições essenciais da sobrevivência e reprodução da Força de Trabalho (e materializar a vinculação entre o modelo econômico e político, e as políticas sociais) tais instituições passam a desempenhar funções políticas, econômicas e ideológicas vitais para a manutenção da dominação de classes (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.306).

Nessa lógica, Iamamoto e Carvalho (1982) afirmam que o surgimento das instituições assistenciais marcou o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. De acordo com os autores, foi através dessas circunstâncias que tornou-se possível o rompimento com o trabalho social católico — rompimento este que se deu em termos de inserção no mercado de trabalho e assalariamento, e não em termos ideológicos.

Ainda em relação a década de 1940, é preciso compreender que o processo de institucionalização da profissão no Brasil teve como principal influência a produção do Serviço Social norte-americano, marcado pela sociologia conservadora e pela perspectiva psicologizante (Paula, 2014). Além disso, de acordo com Yazbek (2009), a abordagem estadunidense apresentava um ponto de vista baseado na Teoria Social Positivista, o que ampliou os referenciais técnicos-científicos do Serviço Social brasileiro e, por outro lado, manteve o caráter conservador e humanista cristão característicos das protoformas da profissão no país:

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social Brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista (Yazbek, 2009, p.4).

Nesse período foram realizados o Primeiro Congresso Pan-americano de Serviço Social (1945), no Chile, o Primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947) e o Segundo Congresso Pan-americano de Serviço Social (1949), na Argentina. Esses eventos reforçaram o posicionamento em favor da influência estadunidense no Serviço Social da América Latina, concretizando uma nova hegemonia internacional na profissão recém-criada no Brasil (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Em decorrência disso, os eventos evidenciaram o caráter político revestido de uma suposta neutralidade em relação aos conflitos entre capital e trabalho. Dessa maneira, o direcionamento das profissionais estava voltado para a conciliação entre burguesia e classe trabalhadora, a ação educativa e a valorização do homem como fundamento do Serviço Social (Iamamoto e Carvalho, 1982).

A partir dessa influência hegemônica da linha de pensamento norte-americana, os congressos citados defenderam a perspectiva do Serviço Social de Caso e Grupo. O Serviço Social de Caso era voltado para a tratativa de problemas sociais no âmbito pessoal, tinha como objetivo “[...] produzir um diagnóstico sobre a situação psicossocial do “cliente” e viabilizar o seu tratamento (Paula, 2014, p.228)”. Já a abordagem de grupo era baseada em grupos com fins terapêuticos que também eram usados para a resolução de problemas pessoais e de socialização (Paula, 2014).

Tendo em vista as abordagens de caso e grupo, Paula (2014) afirma que essas são práticas baseadas na ideia de “ajuda psicossocial individualizada”. A autora aponta para o teor positivista/funcionalista das duas vertentes que têm como principal influência o pensamento de Durkheim. Nessa perspectiva, as vertentes de caso e grupo se apresentavam como abordagens meramente técnico-operativas, que não se articulavam com as outras dimensões da profissão e da sociedade:

Nesse momento, a demanda que se apresentava para a profissão

estava voltada para a reforma moral dos trabalhadores e sua plena integração social na nova dinâmica sócio histórica capitalista que se consolidava em nosso país, em meio aos avanços da industrialização. Tendo esse objetivo como central, as estratégias político-profissionais construídas pelos assistentes sociais gestam-se em torno das técnicas norte-americanas – o Serviço Social de Caso e de Grupo. É claro que a essa influência norte-americana somaram-se elementos particulares da realidade brasileira, como as práticas assistencialistas, perpassadas por valores advindos das políticas coronelistas, populistas e paternalistas. Contudo, o cerne da atuação desenvolvida pelos assistentes sociais pautava-se em uma assistência social individualizada de cunho moralizador/reformador (Paula, 2014, p.230).

Apesar da maioria das profissionais adotarem o Serviço Social de Caso e Grupo como “estratégias político-profissionais de intervenção”, também existiam outras perspectivas na categoria profissional expressadas nos congressos. O Congresso Pan-Americano no Chile (1945) registrou um grupo mais progressista que se posicionava em favor da classe trabalhadora, contrariando a perspectiva da época de suposta neutralidade.

Com isso, nota-se a influência de diferentes posicionamentos políticos defendidos pelas distintas forças sócio-políticas — no campo do Serviço Social — que foram surgindo e se aglutinando não apenas no Brasil, mas no continente latino-americano, na primeira metade do século XX. Apesar disso, a perspectiva norte-americana apresentava uma hegemonia indiscutível:

Nos Congressos seguintes — de 1947 e 1949 — o mesmo posicionamento majoritário manteve-se em meio aos assistentes sociais, reafirmando assim, um projeto de profissão pautado em uma perspectiva teórico-metodológica funcionalista, conservadora, aliada aos interesses das elites burguesas. Consoante com esse projeto as estratégias político-profissionais adotadas – o Serviço Social de Caso e de Grupo – e as táticas político-interventivas desenvolvidas ofereciam aos profissionais as respostas necessárias para se realizar as mediações entre as propostas idealizadas e a realidade que aos assistentes sociais se apresentava (Paula, 2014, p.23).

Em continuidade, a década de 1950 foi marcada pela ampla adesão a ideologia desenvolvimentista, característica do governo de Juscelino Kubitschek. Dessa maneira, a política econômica do país passou a se voltar para a integração da economia brasileira ao sistema capitalista global por meio da abertura da economia nacional ao capitalismo estrangeiro. Além disso, a perspectiva desenvolvimentista tinha a intenção de conciliar o conflito entre classes através da ideia de que a adesão do Brasil aos padrões de

desenvolvimento capitalista seria a solução para as expressões da “questão social” (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Nessa conjuntura, conforme Iamamoto e Carvalho (1982), apesar do desenvolvimentismo propor soluções a questões que eram tradicionalmente objetos de trabalho do Serviço Social, a profissão não debateu essa perspectiva logo de início, com exceção das experiências iniciais com desenvolvimento de caso e grupo. Os autores apontam que, apesar do caráter dominante que essa ideologia assumiu no país, o desenvolvimentismo de Juscelino manteve-se alheio ao Serviço Social enquanto instituição:

Ao centrar a perspectiva de integração das massas marginalizadas nas virtualidades da expansão econômica, para qual se orientam os esforços da política econômica e social, restringe-se o espaço para um esforço da ação assistencial e, portanto, a possibilidade de incorporação àquelas políticas (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.342).

Em vista do que foi evidenciado, foi apenas no início da década de 1960 que a profissão — vivendo um momento de grande expansão das Escolas de Serviço Social — passou a direcionar maiores esforços às questões relacionadas ao desenvolvimentismo (Iamamoto e Carvalho, 1982). Isso posto que o início do mandato de Jânio Quadros, em 1961, inaugurou uma nova era para o desenvolvimento no Brasil. O governo do então presidente foi marcado pelo estabelecimento de uma política populista que propunha um desenvolvimento econômico com base na harmonia e conciliação entre capital e trabalho através de uma política que visava a ampliação da eficiência da força de trabalho, bem como a sua moralização e despolitização (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Portanto, o Estado e a burguesia passaram a dar uma nova tratativa às expressões da “questão social”, o que trouxe a tona novos debates e novas exigências para a profissão. Foi nesse contexto que ocorreu, em 1961, o Segundo Congresso Brasileiro de Serviço Social cujo tema foi “Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Nacional”, marcando a entrada da profissão na era desenvolvimentista:

Diante dessa realidade o Serviço Social deve urgentemente ressituar-se. Readaptar-se, procurando sintonizar seu discurso e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à "questão social" e sua evolução. A organização do Segundo Congresso Brasileiro de Serviço Social aparece como um exemplo bastante claro de uma estratégia de atualização em relação as ideias que agitam os setores dominantes e às demandas objetivas demandas objetivas que fazem a instituição Serviço Social (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.349).

Nestas circunstâncias, tendo em vista as novas demandas colocadas para a profissão, o II Congresso Brasileiro de Serviço Social inaugurou uma nova perspectiva para a profissão, considerada a mais adequada para lidar com as novas demandas da sociedade brasileira: o Desenvolvimento de Comunidade. Essa abordagem tinha como objetivo adaptar o trabalhador a ideologia desenvolvimentista com o intuito de promover a harmonia nas relações entre Estado e proletariado. Diante disso, surge o “Serviço Social de Comunidade”⁶: as profissionais envolvidas nesta abordagem eram aquelas inseridas nos programas de desenvolvimento comunitário e que, a partir deles, criaram novas estratégias político-profissionais que configuraram essa vertente da profissão (Paula, 2014). Dessa maneira, ocorreu uma mudança no eixo de intervenção profissional:

Com isso, percebemos que, nos marcos da estratégia expansionista do capitalismo monopolista – especialmente sob a hegemonia do imperialismo norte-americano – forjam-se novos objetivos para o Serviço Social. Agora, mais do que conter os descontentamentos dos trabalhadores por meio da reforma moral e da reintegração social, fazia-se necessário estimular, na classe trabalhadora, a sua adesão à política desenvolvimentista (Paula, 2014, p.235).

⁶ Netto (2015) afirma que embora o Desenvolvimento de Comunidade possuísse um caráter acríptico e mistificador dos processos sociais, ele inaugurou um pensamento no Serviço Social que possuía preocupações de cunho macrossocial, representando uma abertura no horizonte de pensamento profissional.

Em face do que foi apresentado, no subitem em sequência apreenderemos que o modelo desenvolvimentista passou por um momento de crise e esgotamento no início da década de 1960. Tal cenário de ameaça à hegemonia do modelo econômico burguês resultou na necessidade de novas formas de acumulação — dentro da lógica do capital. Esta ambientação resultou em um terreno fértil para a realização do Golpe Militar de 1964 e em contrapartida, para a efervescência política da classe trabalhadora. Diante do cenário evidenciado, serão demonstrados os fatores que levaram ao Processo de Renovação do Serviço Social. Ademais, vamos discorrer acerca das características deste Processo e das três vertentes que o compuseram, conforme a análise de José Paulo Netto (1999).

2.2 Autocracia Burguesa, Ditadura Militar e o Processo de Renovação do Serviço Social

A partir do que foi demonstrado, o início da década de 1960 foi marcado pela crise e o esgotamento do modelo desenvolvimentista. O padrão de acumulação exercido pela industrialização pesada característica do desenvolvimentismo entrou em choque com as requisições democráticas das classes subalternas. Como efeito, a burguesia nacional, diante da crise de sua dominação e sob a influência do capital monopolista norte-americano, optou por não dar continuidade ao padrão de acumulação desenvolvimentista e a manutenção das liberdades políticas fundamentais (Netto, 2015). Em vista disso, a classe burguesa precisou repensar o modelo de dominação capitalista no país e, sob a influência do capital monopolista norte-americano, priorizou a defesa de um Estado antinacional e antidemocrático (Netto, 2015).

Destarte, o Golpe de 1964 representou uma solução provisória para a burguesia nacional pois resolvia, a curto prazo, o problema da hegemonia burguesa. Isso porque o regime ditatorial inibiu os projetos societários que ameaçavam o modelo capitalista, ao se deslocar para o campo da antidemocracia (Netto, 2015). Logo, o Estado passou a assumir o papel de mantenedor da reprodução do capital dependente, intervindo diretamente na economia ao concentrar o poder político em uma burocracia civil e militar que

serve à confluência de oligarquias financeiras e monopólios imperialistas:

O Estado que se estrutura no golpe de abril expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão, aprofundadas a heteronomia e a exclusão. Tal Estado concretiza o pacto contrarrevolucionário exatamente para assegurar o esquema de acumulação que garante a prossecução de tal padrão, mas, isto é crucial, readequando-se às novas condições internas e externas que emolduravam, de uma parte, o próprio patamar a que ele chegara e, de outra, o contexto internacional do sistema capitalista, que se modifica acentuadamente no curso da transição dos anos 1950 aos 1960 (Netto, 2015, p.44).

Isto posto, de acordo com Netto (2015), o Golpe de 1964 teve como objetivo primordial consolidar o processo de acumulação e centralização de capital que vinha ocorrendo desde o período da abolição da escravidão e do fim da Monarquia. Esse processo foi denominado pelo autor de “modernização conservadora”. Isto porque o país se modernizava no ponto de vista do capital, ao se adaptar às exigências do capitalismo monopolista e, concomitantemente, consolidava-se a dominância dos países imperialistas sobre o Brasil, aumentando a concentração geopolítica de riquezas. Como consequência, os fatores citados desaguarão em um cenário de ampliação da pobreza, caracterizado por Netto (2015, p.49) como “[...] um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo [...]”.

Por outro lado, a medida em que o projeto de “modernização conservadora” foi se solidificando, intensificaram-se as mobilizações sociais e os processos de resistência e oposição em um cenário de arrocho salarial, crescimento do desemprego, censura e repressão estatal. Desse modo, o acirramento das expressões da “questão social” gerado pelo regime ditatorial fez com que o Estado autocrático burguês perdesse cada vez mais sua legitimidade.

Em face do que foi apresentado, é possível vislumbrar o cenário histórico que perpassava o Serviço Social no início da Ditadura Militar. O desenvolvimento capitalista operado pelo capital internacional e pelo Estado autocrático burguês redimensionou e consolidou o mercado de trabalho nacional de assistentes sociais. De acordo com Netto (2015, p.159-160):

O tradicional grande empregador dos assistentes sociais reformula

substantivamente, a partir de 1966-1967, as estruturas onde se inseriam aqueles profissionais — na abertura de uma série de reformas que, atingindo primeiramente o sistema previdenciário, haveria de alterar de cima a baixo o conjunto de instituições e aparatos governamentais através dos quais se interfere na “questão social”.

Nesse contexto, destacam-se o crescimento industrial que ocorreu principalmente nos anos do “milagre econômico” (1968-1973) e a necessidade do Regime Militar em vigiar e controlar a força de trabalho. Esses fatores fizeram com que o mercado de trabalho demandasse cada vez mais os serviços das assistentes sociais. Essas novas demandas trouxeram à tona a necessidade de adaptação da profissão perante as novas exigências da autocracia burguesa (Netto,2015).

Por conseguinte, essas exigências foram um dos fatores fundamentais para a erosão do Serviço Social Tradicional, pois tornou-se necessária a criação de uma nova racionalidade técnica para a prática profissional, com base na racionalidade burocrática-administrativa. Desse modo, a Ditadura Militar alterou profundamente os mecanismos de formação das assistentes sociais com uma nova política educacional:

Com efeito, as referidas condições novas reclamavam uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil — além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências (Netto, 2015, p.163).

Nesse cenário, as Escolas de Serviço Social se multiplicaram de forma significativa no país: em 1960 havia 1289 alunas de Serviço Social no Brasil enquanto em 1971 esse número passou para 6352 estudantes (Netto, 2015). Em virtude desta conjuntura, a ampliação e consolidação do Serviço Social no ensino superior foi marcada pelas tendências da Ditadura Militar:

Não é difícil imaginar o impacto que esta inserção no âmbito acadêmico causou sobre o ensino de Serviço Social: em um breve lapso de tempo, a formação profissional viu-se penetrada pelas exigências e condicionamentos decorrentes quer da refuncionalização global da universidade pelo regime autocrático burguês, quer da sua própria virgindade acadêmica; se se conectam umas e outros, compreende-se porque essa formação mostrou-se tão vulnerável aos constrangimentos gerais do ciclo ditatorial (Netto, 2015).

É nesse período de ampliação da formação acadêmica que a profissão passou a receber influências da antropologia, da psicologia social e da sociologia. No entanto, as possibilidades de diálogo com essas disciplinas foram limitadas pela Ditadura Militar a um viés meramente tecnocrático. Dessarte, foi imposto um quadro educacional e cultural fundado nos valores autocráticos burgueses, causando consequências significativas para a formação das assistentes sociais (Netto, 2015). Nessas circunstâncias, as viabilidades de análise acerca das ciências sociais limitavam-se a um viés meramente tecnocrático:

Estas sumárias indicações delineiam o giro que então sofre a formação profissional do assistente social. Ele imbrica a formação com as demandas do mercado nacional de trabalho constituído e consolidado no processo da autocracia burguesa: passa oferecer àquele um profissional “moderno”, cuja legitimação advém menos de uma (auto) representação humanista abstrata que de uma fundamentação teórico-técnica do seu exercício como assistente social. A “modernização conservadora” revela-se inteiramente nesse domínio: redefine-se a base da legitimidade profissional ao se redefinirem as exigências do mercado de trabalho e o quadro de formação para ele (Netto, 2015, p. 166-167).

Dessarte, conforme Netto (2015), até a metade da década de 1960 o Serviço Social não apresentava disputas significativas relacionadas ao direcionamento político da profissão. Como explica o autor, havia uma homogeneidade entre as propostas profissionais da categoria, que não ostentavam uma base teórica sólida e eram baseadas em uma suposta neutralidade. Nessa conjuntura, foi a laicização do Serviço Social — fruto do desenvolvimento das relações capitalistas no período da “modernização conservadora” — que trouxe novas condições postas a formação e ao exercício profissional (Netto, 2015).

Diante dessa mudança de cenário na profissão e dos conflitos de classe e reivindicações sociais que perpassavam o período da Ditadura Militar, começaram a ocorrer, a partir da década de 1970, debates e disputas acerca do direcionamento político e teórico-metodológico da profissão, vinculados a sua ampliação no ensino superior (Netto, 2015). Esta expansão, demandada pelo regime autocrático burguês culminou na formação de profissionais preparadas para atender às demandas da “modernização conservadora” enquanto, sem esta intenção, construiu circunstâncias político-sociais que

culminaram em um quadro de efervescência política e significativa mobilização de movimentos sociais e estudantis:

Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (Netto, 2015, p.170).

Em vista disto, surgiram diversas perspectivas profissionais, tanto de cunho conservador quanto de cunho progressista. Essas concepções foram sendo construídos através de aproximações com as ideias de diferentes pensadores sociais, aproximações essas que tinham o intuito de conquistar uma legitimação prática da profissão através da validação teórica da mesma. Conforme Netto (2015, p.172):

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, nos marcos das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Antes de discorrer sobre as três perspectivas profissionais analisados por Netto (2015) que marcaram a disputa pela hegemonia⁷ ético-política do Serviço Social brasileiro durante o Processo de Renovação, é necessário levar em consideração o cenário internacional que a profissão vivenciava. Em vista disso, a partir de 1965, o Serviço Social latino-americano passou por um momento de inflexão caracterizado pela ruptura com a perspectiva “tradicional” acerca da profissão.

⁷ Ao tratarmos sobre a hegemonia ético-política da profissão, nos referimos ao conceito gramsciano de hegemonia, compreendendo-o como um campo de disputas de interesses de classes sociais distintas: “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 1999, p.48)”.

O Movimento de Reconceituação⁸ possuía um caráter anti-imperialista que indagava a funcionalidade da profissão em meio as formações sócio-históricas específicas dos países da América Latina (Netto, 2015). A iniciativa perdeu forças na década de 1970, momento em que a dominação imperialista e as ditaduras burguesas instauradas, inicialmente no Brasil, e depois em boa parte da América Latina, não permitiram a concretização dos ideais disseminados no movimento aludido (Netto, 2015). Em contrapartida, os debates travados no contexto mencionado explicitaram a heterogeneidade de perspectivas que passaram a perpassar a profissão.

Dentre esses pontos de vista um cabe destaque: a tradição marxista. O Movimento de Reconceituação expressou a primeira aproximação concreta da profissão com essa linha de pensamento, inaugurando os debates sobre o pensamento social marxista dentre assistente sociais de toda a região sul do continente. No entanto, vale ressaltar que essa aproximação inicial se deu de maneira superficial, já que se recorria mais a autores que falavam sobre Marx do que aos textos originais do alemão, apresentando interpretações que eram muitas vezes reducionistas ou contaminadas pelos ideais positivistas (Netto, 2015).

Tendo em vista o supracitado, é possível perceber a influência que o Movimento de Reconceituação exerceu no Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, principalmente no quesito erosão do tradicionalismo. Outrossim, os debates sobre a tradição marxista oriundos do movimento latino-americano incidiram em uma das vertentes que disputaram a hegemonia política do Serviço Social durante a renovação: a “intenção de ruptura”. Além dela, a “modernização conservadora” e a “reatualização do conservadorismo” foram os dois outros direcionamentos que, segundo Netto (1999), disputaram o novo encaminhamento que seria dado a profissão no Brasil.

Destarte, a primeira vertente analisada por Netto (1999) é a “modernização conservadora” que, como o próprio nome indica, estava em consonância com o projeto societário imposto pelo regime autocrático burguês

⁸Em 1965 o Serviço Social da América Latina passou por um processo de inflexão: o Movimento de Reconceituação (1965-1975). Esse movimento criticou as bases “tradicionais” da profissão e se aproximou dos movimentos e das lutas sociais. Assim, incorporou ideologias progressistas como a pedagogia para a liberdade, de Paulo Freire; a teologia da Libertação e a teoria da dependência (Iamamoto, 2021).

e com a perspectiva positivista defendida pelo Serviço Social norte-americano. Nessa conjuntura, o documento de Araxá (1967) e o Documento de Teresópolis (1970), ambos elaborados em eventos promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais (CBCISS), destacam-se como importantes marcos para a formulação da perspectiva abordada.

Os textos referenciados defendiam a concepção de adequação as tendências sociopolíticas do Regime Militar, sem questionar seu caráter ditatorial e seus efeitos nas expressões da “questão social”. Consequentemente, a “modernização conservadora”, influenciada pela ideologia dominante propagada pela autocracia burguesa, foi a perspectiva do Processo de Renovação que mais mobilizou profissionais em termos numéricos, passando a entender a profissão como interveniente, dinamizadora e integradora do processo de desenvolvimento capitalista:

Este é o caráter modernizador desta perspectiva: ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites — de onde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” — de onde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora (Netto, 1999, p.201).

A segunda vertente do Processo de Renovação indicada por Netto (2015) é a “reatualização do conservadorismo”. Ela se refere a perspectiva que tinha como objetivo reaver o conservadorismo defendido pelo Serviço Social Tradicional através de uma base teórico-metodológica supostamente inédita: a fenomenologia. Como afirma Netto (1999, p.206):

Enfim, esta perspectiva — correlatamente ao anterior — se beneficia de todo um acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldadas no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da ajuda psicossocial.

Portanto, a inspiração fenomenológica característica dessa vertente se opunha tanto a perspectiva positivista da “modernização conservadora”

quanto ao ponto de vista relacionado à tradição marxista defendido pela dimensão da “intenção de ruptura”. Apesar disso, a “reatualização do conservadorismo” apresentou uma ausência relativa nos debates que permeavam a profissão na década de 1970. Como resultado, essa perspectiva obteve pouca visibilidade quando comparada às outras duas vertentes já mencionadas.

A terceira vertente debatida por Netto (1999) é a “intenção de ruptura” com o Serviço Social Tradicional. Ela é desenvolvida em um contexto posterior a promulgação do Ato Institucional N.º 5 (AI-5, 1968), no qual país vivenciava o esgotamento do “milagre econômico” em uma conjuntura de superexploração da força de trabalho e de crise do capitalismo mundial (Netto, 1999). Esta perspectiva apresentou uma crítica sistêmica aos princípios “tradicionais” da profissão, questionando seus suportes ideológicos, teóricos e metodológicos. Consecutivamente, ocorreu um resgate crítico das tendências sociopolíticas disseminados no período anterior à Ditadura Militar, incluindo a retomada dos estudos acerca da tradição marxista (Netto, 1999).

Nesse contexto, é relevante salientar que a vertente da “intenção de ruptura” deparou-se, inicialmente, com dificuldades em se afirmar enquanto perspectiva devido ao marco sociopolítico da autocracia burguesa (Netto, 2015). O “Método de Belo Horizonte” (Método de BH), datado da primeira metade da década de 1970, foi sua primeira expressão significativa, porém manteve-se como signo isolado por alguns anos.

Em contrapartida, Netto (2015) afirma que a repressão do pensamento crítico causada pelo regime ditatorial foi capaz de retardar o seu desenvolvimento mas não de impedir seu florescimento. A vertente da “intenção de ruptura” foi um reflexo do que a sociedade brasileira vivenciava na Ditadura Militar, em um momento de questionamentos e luta pela redemocratização⁹:

Ora, as bases sociopolíticas da perspectiva de intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das

⁹ Marilda Villela Iamamoto, uma das mais importantes autoras do Serviço Social brasileiro, foi presa no início da década de 1970, vítima da Ditadura Militar. A prisão ocorreu devido à sua participação no movimento estudantil na luta contra Ditadura, sendo Marilda vítima de episódios de tortura física e psicológica (ABEPSS, 2025). Em 1973 a autora foi libertada e pouco tempo depois passaria a compor o “Método de BH”. Esta nota de rodapé merece destaque pois demonstra a interlocução do que se passava no meio acadêmico e profissional da época com a realidade societária vivenciada.

classes exploradas e subalternas derrotadas em abril. Sociopolítica e historicamente, esta perspectiva é impensável sem o processo que se precipita entre 1961 e 1964 e é abortado em abril — no plano também profissional, é ali que se encontra os seus suportes sociais (Netto, 2015, p.327).

Somou-se a esses fatores a influência do já mencionado Movimento de Reconceituação, que construiu as bases materiais, intelectuais e políticas para o desenvolvimento do Processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro (Iamamoto, 2019), caracterizado pelo rompimento da profissão de suas bases “tradicionais”. O evento que marcou essa ruptura é o III CBAS (Terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), popularmente conhecido como o “Congresso da Virada”. O evento recebeu esse nome pois ele realmente representou uma virada no direcionamento político hegemônico profissional:

Esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica, ao associar-se aos interesses e necessidades dos trabalhadores em luta pela democracia. Contestam-se propostas exógenas à realidade latino-americana e anuncia-se “a virada” dos compromissos políticos com as classes dominantes e o poder político, que presidiram a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Esse Congresso foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou (Iamamoto, 2019, p.441).

Após o Congresso da Virada, Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho publicaram, em 1982, o livro que expressou o amadurecimento teórico do Serviço Social brasileiro: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”. Esta obra iniciou a efetiva interlocução da profissão brasileira com a teoria social de Marx (Yazbek, 2009), abandonando a já mencionada interpretação enviesada acerca dos textos do filósofo, característica das aproximações iniciais do Serviço Social com a tradição marxista.

Como dito anteriormente, passou-se a compreender a profissão de forma historicamente situada, sendo ela uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho (Iamamoto e Carvalho, 1982). Outrossim, os autores buscaram apreender o significado social da profissão na sociedade capitalista, entendendo o Serviço Social como um dos elementos que participa da manutenção da reprodução das relações de

classe e do relacionamento contraditório entre elas.

No âmbito do que foi demonstrado, o amadurecimento teórico mencionado foi fundamental para que se pudesse desenvolver um novo projeto profissional. Este projeto em então eminência, ao qual hoje chamamos de projeto ético-político (PEP), foi pautado por um novo entendimento da profissão e do papel que ela exerce na sociedade, com base na Teoria Social Marxista.

Por conseguinte, no próximo subitem, serão apresentados os fatores que levaram à consolidação do PEP enquanto projeto profissional hegemônico no Serviço Social. Nesta dinâmica, vamos discorrer sobre o amadurecimento teórico da profissão, além de destacar os documentos e diretrizes institucionais e/ou formais-legais que não só expressam esse avanço, como também exprimem os valores do PEP e direcionam a própria profissão.

2.3 A consolidação de um novo projeto profissional

O amadurecimento teórico do Serviço Social foi marcado pela inédita concepção de que a profissão atua como atividade que promove o controle social e a difusão da ideologia burguesa (Iamamoto e Carvalho, 1982). Este entendimento possibilitou a construção de um projeto profissional alternativo, de cunho político e em favor das classes subalternas:

A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto alternativo àquele para o qual é chamado a intervir (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.94).

A década de 1980 também foi marcada pela apropriação, por parte do Serviço Social, dos pensamentos de autores marxistas como Gramsci, Lukács, Heller, Thompson e Hobsbawn (Yazbek, 2009). À visto disto, é relevante mencionar que durante esse período, havia sim um pluralismo teórico na profissão. Entretanto, os novos referenciais teórico-metodológicos e

interventivos constituídos a partir da tradição marxista passaram a ser hegemônicos (Yazbek, 2009).

Ademais, no ano de 1982 ocorreu a aprovação do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, aprovado pela Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (ABESS). O novo currículo apresentou uma nova compreensão sobre a formação profissional — fundamentada na tradição marxista — entendendo-a como “[...] um processo dialético, que referencia a apreensão das contradições inerentes a constituição e ao desenvolvimento da profissão, e dos condicionantes que a sociedade impõe a prática profissional historicamente” (Castro e Toledo, 2012, p.10). Portanto, o currículo de 1982 teve como objetivo romper com a ideologia (burguesa) dominante e incorporar os interesses dos usuários (a classe trabalhadora) à prática profissional (Castro e Toledo, 2012).

Em 1986, foi publicado um novo Código de Ética para orientar a profissão. Este documento rompeu com os pressupostos alinhados às classes dominantes e contidos nos códigos anteriores (1947, 1965 e 1975). Ao trazer novos elementos que embasam tanto a formação quanto o trabalho profissional, o código de 1986 trouxe um novo projeto profissional, sustentado pelo compromisso com a classe trabalhadora como princípio de uma nova ética profissional (Oliveira e Chaves, 2017).

Em seguida, em 1993, foi aprovado mais um código ética, que está em vigor até os dias atuais. Este documento representou o amadurecimento do debate da ética na categoria profissional, preservando as conquistas do Código de Ética de 1986, além de aperfeiçoar suas formas de operacionalização, alterando nomenclaturas e incorporando avanços relacionados aos direitos da população LGBTQIAP+ (Oliveira e Chaves, 2017).

Além disso, a Lei de Regulamentação da Profissão foi instituída em 1993, substituindo a anterior, datada de 1947. A elaboração desta lei teve a participação ativa de assistentes sociais, expressando os novos interesses contidos na profissão, voltados para um projeto ético-político baseado na defesa dos interesses da classe trabalhadora (Netto, 2015). A lei estabeleceu exigências legais para o exercício profissional, bem como os direitos e as atribuições privativas das assistentes sociais, institucionalizando o novo estatuto profissional (Netto, 2015).

Finalmente, em 1996, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹⁰ elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social, estabelecendo os conteúdos teórico-práticos básicos que devem subsidiar a formação de assistentes sociais. O documento expressou os três núcleos de conhecimento que embasam o Serviço Social: os pressupostos teórico-metodológicos para o conhecimento da vida social; a formação histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional (Netto, 2015).

Perante o que foi exposto, fica evidente que os acontecimentos que ocorreram no decorrer da década de 1990 expressaram a consolidação de um novo projeto profissional para o Serviço Social. Através desse projeto ético-político que se faz hegemônico na profissão, o Serviço Social passou a ser compreendido da seguinte forma:

Como síntese do exposto, pode-se destacar que o Serviço Social se materializa no âmbito de um processo de trabalho, inserido em um processo coletivo, a partir dos seguintes aspectos: possui as manifestações da “questão social” como objeto de ação profissional; conta com instrumentos de intervenção firmados nas bases teórico-metodológicas, apreendidas enquanto profissão regulamentada, que se materializam em entrevistas sociais, reuniões, encaminhamentos, pareceres sociais etc.; os “produtos”, ou os resultados desse trabalho, podem contribuir ou não para a construção de outra sociedade onde seja superada a contradição capital e trabalho que potencializa a “questão social”; por estar inserido em um processo coletivo de trabalho o Serviço Social não atua de forma isolada de outros profissionais, podendo estabelecer alianças e desenvolver estratégias conjuntas para o enfrentamento da “questão social” (Ecurra e lamamoto, 2020).

No âmbito do que foi abordado, apesar do projeto ético-político já mencionado ter conquistado sua hegemonia no Serviço Social na década de 1990, isso não significa dizer que ele foi concretizado e nem que seja o único na categoria profissional¹¹ (Netto, 2022). O motivo desta afirmação está

¹⁰ Em 1996 a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) tornou-se a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ao adicionar a pesquisa ao nome da entidade, o intuito foi pôr em evidência o seu caráter científico a importância da pesquisa para a formação profissional (ABEPSS, 2024).

¹¹ Segundo Paula (2014, p.282): “Por toda essa diversidade, o universo de uma categoria profissional se constitui numa arena de disputas políticas e ideológicas, um campo permeado por tensões que propiciam o surgimento não apenas de um, mas de vários projetos profissionais. Desta forma, a existência de determinado projeto profissional hegemônico não elimina a existência de outros projetos, não suprime as divergências e as contradições que caracterizam este espaço.”

relacionado ao fato de que, na segunda metade da década mencionada, enquanto avançavam o movimento democrático e, com ele, o projeto ético-político da profissão, o país também sofria as consequências da ofensiva neoliberal (Netto, 2022). É exatamente nesse campo de disputas que o projeto profissional crítico passa a ter sua hegemonia ameaçada:

É desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arripio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população (Netto, 2022, p.18-19).

Em conformidade ao que foi exposto, no último subtópico do item dois (2), iremos discorrer acerca das circunstâncias que continuaram a promover e agudizar as ameaças à hegemonia do projeto ético-político profissional, resultando em novos desafios para o Serviço Social. Além da já mencionada ofensiva neoliberal, vamos discorrer acerca das influências que a mercantilização do ensino superior e a pandemia da COVID-19 exerceram sobre a formação e o trabalho profissional, desafiando a hegemonia do PEP na atualidade.

2.4 Neoliberalismo, mercantilização do ensino superior e pandemia da COVID-19: ameaças à hegemonia do projeto ético-político profissional

Conforme o que se verificou anteriormente, a ideologia e a política neoliberal incidiram diretamente sobre a profissão ao apresentar um projeto societário dominante, amplamente difundido pelo Estado e pela burguesia e contrastante com aquele defendido pelo projeto ético-político da profissão. Nesse panorama, os anos 2000 foram marcados por novos desafios para o Serviço Social devido às consequências dessa ofensiva neoliberal. Esse modelo econômico burguês redesenhou as formas de enfrentamento à “questão social”, principalmente através de políticas de transferência de renda e do fortalecimento do terceiro setor:

Com base na atual dimensão ético-política do Serviço Social, as estratégias que tentam responder e enfrentar a "questão social" têm sido tensionadas por projetos político-institucionais distintos, que são indissociáveis da contrarreforma do -Estado, via redução dos cortes orçamentários para o atendimento das demandas dos sujeitos e burocratização da vida social, que produzem implicações diretas às condições de trabalho e relações sociais em que estão inscritos os assistentes sociais. (Moraes, 2016, p.596).

São nessas circunstâncias de disputas ainda em curso que o Serviço Social crítico vem sendo ameaçado. Uma das principais características desta ameaça são as interferências diretas que a formação profissional vem sofrendo através da mercantilização do ensino superior, resultando no fortalecimento de universidades privadas e no incentivo ao ensino superior a distância (Moraes, 2015). Desse modo, as universidades públicas têm passado por um processo de precarização caracterizado pela dissociação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, fragmentando a formação profissional em Serviço Social e resultando na ameaça à sua dimensão crítica, pautada no projeto ético-político (Moraes, 2015).

Assim, o ensino a distância (EAD) apareceu como modalidade na década de 1990 e foi amplamente incentivado pelos governos Cardoso e Lula (Pereira, 2009). No que tange ao EAD, além de esta modalidade de ensino colocar a educação como mercadoria, em um processo de desresponsabilização do Estado e ampliação dos lucros do capital, ela também se constituiu como estratégia ideológica de manutenção da hegemonia da classe burguesa. Isso porque o ensino à distância apresenta-se enquanto um campo fértil para a formação de intelectuais pró-burguesia (Pereira,2009).

Segundo dados levantados pelo Ministério da Educação em 2019 e sistematizados na tese de doutorado de Albiero (2021), havia quinhentos e vinte (520) cursos presenciais de Serviço Social no país no ano referido. Dentre eles, sessenta e sete (67) cursos eram ministrados em universidades públicas e quatrocentos e sessenta e oito (468) em instituições privadas. Em 2019, eram ofertadas 85.470 vagas em cursos presenciais de Serviço Social

(Albiero, 2021). Já na modalidade a distância foram encontrados setenta e sete (77) cursos, todos em instituições privadas, totalizando 200.144 vagas ofertadas (Albiero, 2021).

À luz dos números demonstrados na tese, verifica-se que as universidades privadas têm formado mais assistentes sociais do que as públicas, principalmente na modalidade EAD¹². Nesse cenário, estão dadas as configurações de um cenário de ameaça ao projeto profissional hegemônico na profissão, gerando novos desafios para o mercado de trabalho profissional. De acordo com Lamamoto (2014, p. 629):

Desmesurado crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado — em particular no ensino à distância — tem implicações na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”, tendentes a um processo de politização à direita da categoria. O aumento do contingente profissional vem acompanhado de crescimento do desemprego em uma conjuntura recessiva, pressionando o piso salarial e a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança no emprego e a concorrência no mercado profissional de trabalho.

Diante do que foi exposto, torna-se possível tratarmos sobre a pandemia da COVID-19. Tal fato se deu em meio ao governo do então Presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), que instaurou um cenário de avanço de pautas ultraneoliberais e ultraconservadoras, promovendo políticas nocivas à classe trabalhadora como os ataques ao orçamento público da Seguridade Social (Benevides e Lima, 2023). Logo, a crise sanitária decorrente da pandemia emergiu em um contexto de retaguarda do proletariado em relação

¹² O aumento de cursos e vagas para formação em Serviço Social na modalidade EAD é reflexo de um processo de contrarreforma do ensino superior, que vem perpassando todos os cursos de graduação e pós-graduação: “Sobre a questão da expansão do EAD, os dados do último Censo da Educação Superior realizado em 2020, demonstram que o volume de ingressos nesse ano teve um aumento significativo na modalidade de Ensino à Distância (428,2%), enquanto na modalidade presencial, houve uma queda (BRASIL, 2020). Sendo assim, pensar a formação profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996 no momento presente, implica considerar a atual situação da educação superior no país, considerando a forte mercantilização do ensino, impactando certamente nos currículos implementados pelas instituições, trazendo consequências para a qualidade da formação, e naturalmente, incidindo no perfil dos seus egressos (Corvalan; Maciel, 2022).”

à luta de classes, marcado por um governo negacionista e pela escassez de políticas públicas federais relacionadas à COVID-19.

Consequentemente, foram postos novos desafios à categoria profissional. Em vinte (20) de março de 2020 o governo federal promulgou o decreto n°.10.282, no qual declarou situação de calamidade pública e indicou quais os serviços (públicos e privados) eram considerados essenciais. Dentre eles, estavam os serviços públicos relacionados à política de assistência e a política de saúde, serviços os quais são, historicamente, os maiores empregadores de assistentes sociais (Benevides e Lima, 2023).

Dessarte, a pandemia da COVID-19 intensificou os processos de desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que já estavam em curso, acentuando a precarização das políticas sociais e, conseqüentemente, das condições de trabalho das assistentes sociais (Benevides e Lima, 2023). Nesse sentido, é importante trazer à baila os diversos impactos do teletrabalho, consequência do quadro pandêmico então vivenciado. Primeiramente, pode-se mencionar que o distanciamento social ocasionou uma dificuldade de articulação política entre as assistentes sociais:

Consolidam-se processos conjunturais e estruturais que promovem profunda metamorfose no mercado, nas relações e condições do trabalho profissional. Observa-se que, com a pandemia houve agravamento desarticulação dos/das profissionais devido a necessidade de distanciamento social e imposição do teletrabalho. Seja nos espaços, públicos e privados, de trabalho no âmbito das políticas públicas, vem se estimulando a individualização do trabalho, as formas de avaliação de desempenho baseado em metas de produtividade e remuneração diferenciada, promovendo competição exacerbada entre trabalhadores, situações que vem colaborando para a desmobilização coletiva dos/das assistentes sociais (Benevides e Lima, 2023, p.135).

Neste cenário pandêmico de teletrabalho, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) ganharam uma certa centralidade. Tal circunstância trouxe ao Serviço Social questionamentos relacionados à ética profissional e a própria forma com a qual o trabalho profissional passou a se materializar diante do distanciamento social (Benevides e Lima, 2023). Além disso, passaram a ocorrer novos entraves relacionados às atribuições e competências profissionais:

[...] é preciso adotar estratégias para tensionar e utilizar essas tecnologias na perspectiva contra-hegemônica de fortalecimento dos valores ético-políticos que orientam o projeto profissional. Nesse contexto, é fundamental que os(as) profissionais definam técnica e eticamente o que não é possível realizar na modalidade de teletrabalho, o que é possível realizar e em que condições, para que sejam garantidos segurança no trabalho, qualidade no atendimento, sigilo profissional, respeito aos direitos de usuários(as) e trabalhadores(as) (Raichelis e Arregui, 2021, p.147-148).

Outra questão importante relacionada ao período pandêmico é o advento do Ensino Remoto Emergencial (ERE). De acordo com Farage (2021), este deve ser compreendido como uma das partes constituintes do processo de contrarreforma da educação que vem ocorrendo no país, caracterizado pela mercantilização do ensino superior e o crescimento da modalidade EAD, elementos já mencionados neste texto. Em sua maioria, as Instituições de Ensino Superior (IES) suspenderam suas atividades presenciais na semana de 16 (dezesesseis) de março de 2020 e, no dia 18 (dezoito) de março de 2020 o Ministério da Educação (MEC) autorizou o ensino mediado pelas TIC's. Finalmente, em 16 (dezesesseis) de junho, a Portaria n°. 544 regulamentou a substituição do ensino presencial para o remoto.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a implementação do ERE se deu a revelia das IES, dos discentes, docentes e demais servidores públicos. No que tange o Serviço Social, mais de uma dezena de cursos de instituições públicas se posicionaram contra o ERE (Farage, 2021), bem como as instituições representativas da profissão: a ABEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO):

Nesses casos, a adesão ao ERE, independentemente do nome que tenha recebido em cada IES, se deu de forma autoritária, desrespeitando as instâncias democráticas da instituição, como os conselhos superiores, sem nenhum diálogo com as entidades representativas, como sindicato docente, de técnico-administrativos e diretório central dos estudantes, bem como sem debate com os docentes via departamentos e colegiados de cursos. A imposição por parte dos gestores sequer considerou questões materiais, como a possibilidade de acesso e condição de manejo das tecnologias por

parte de docentes e discentes, assim como o MEC, que inicialmente não demonstrou nenhuma preocupação sobre as condições de trabalho remoto, de acesso à tecnologia por docentes e discentes e nem sobre as condições de saúde (Farage, 2021, p.56).

Neste âmbito, o posicionamento contrário ao ERE defendido pelas instituições representativas do Serviço Social se deu com base na Lei de Regulamentação da Profissão, no projeto ético-político profissional, no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Isso visto que:

A transposição do ensino presencial para o remoto, no caso do Serviço Social, pode fragilizar o próprio projeto ético-político, que não pode prescindir, entre outras coisas, de uma formação profissional consistente com sólido arcabouço teórico, de ter o estágio como um período privilegiado da formação profissional, bem como de um espaço formativo em que docentes e discentes tenham liberdade de expressão, livre escolha dos conteúdos e dos métodos pedagógicos a partir do currículo (Farage, 2021, p.61-62).

Portanto, a contrarreforma da educação e sua agudização no período pandêmico promoveram a tendência de despolitização das assistentes sociais, em um cenário marcado por intervenções profissionais acríticas e a serviço do poder e da lógica do capital. (Moraes, 2015, p.603):

Para tanto, mais do que nunca, é preciso destacar a relevância da articulação das dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do fazer profissional. Isto porque, as dimensões do trabalho dialeticamente articuladas constituem-se como elemento essencial para o desenvolvimento e fortalecimento do exercício profissional crítico-positivo, alinhado com os princípios e valores norteadores do Projeto Ético-Político. Todavia, é preciso tê-las como eixos fundantes que devem nortear a formação e o trabalho do/a Assistente social, visto que as requisições, historicamente, postas aos profissionais e as exigências apresentadas pelas expressões da "questão social", agora decorrente do capitalismo na sua fase de financeirização, do avanço da extrema-direita e das particularidades conjunturais próprias do contexto pandêmico, requerem domínio dos fundamentos constitutivos da profissão.

Diante das questões apresentadas, torna-se possível concebermos a grande relevância da compreensão dos fundamentos do Serviço Social para a efetivação do projeto ético-político da profissão, bem como a sua defesa e a manutenção de sua hegemonia perante a categoria profissional.

3. O DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: DIFERENTES ABORDAGENS E COMPREENSÕES

À luz do que foi exposto, analisaremos, neste tópico, as concepções de fundamentos desenvolvidas por Carmelita Yazbek e Yolanda Guerra. Com base nesta investigação, apresentaremos os resultados obtidos na pesquisa “Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social”. Seguidamente, examinaremos as concepções de fundamentos desenvolvidas nos artigos do subeixo de Fundamentos do Serviço Social – dentro do eixo Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional – publicados nos anais do XVII ENPESS (2022).

3.1 O debate dos fundamentos segundo Carmelita Yazbek

Yazbek (2009 e 2018) define os fundamentos do Serviço Social como as matrizes explicativas e histórico-ontológicas (2020 e 2024) da realidade e da profissão. Segundo a autora, o direcionamento destes fundamentos é definido pela disputa entre conjuntos de profissionais que possuem perspectivas distintas acerca da profissão e da forma de enxergar a sociedade (2018). Este pluralismo teórico já foi apontado no item dois (2), no qual pudemos observar que algumas correntes de pensamento disputaram e ainda disputam a direção política da profissão, divergindo na forma de interpretar a relação entre o Serviço Social e a sociedade.

É no âmbito da análise acerca dos fundamentos que se observa a incorporação pela profissão de matrizes fundamentais de conhecimento do social na sociedade burguesa. Esses fundamentos são constituídos por múltiplas dimensões: históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Na atualidade, eles se expressam na abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana (Yazbek, 2018, p. 47-48).

Como já visto anteriormente, a diversidade de correntes de pensamento foi característica do Processo de Renovação, sendo marcada pela disputa acerca do direcionamento político da mesma. Diante deste certame, duas (2) matrizes explicativas da realidade são destacadas pela pesquisadora: a

positivista e a marxista:

Cabe ainda observar que a análise do processo de apropriação por parte da profissão de matrizes explicativas acerca da realidade em seu movimento histórico e de construção de seus caminhos explicativos e interventivos, acompanha as transformações sociais que vêm particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade e do pensamento social que o justifica. Processo o qual não é simples nem linear, nem mesmo no âmbito de uma matriz, mas permeado por diversas clivagens, tensões, elementos políticos, culturais e confrontos internos (Yazbek, 2018, p.51).

Nesse contexto, a matriz positivista, sob a influência norte-americana, conquistou sua hegemonia no Serviço Social a partir do processo de institucionalização da profissão, sendo utilizada como suporte teórico-metodológico para a qualificação técnica do trabalho profissional, bem como a sua modernização (Yazbek, 2018). Em decorrência disso, a adesão da profissão ao positivismo resultou na manutenção do pensamento conservador — característico do Serviço Social Tradicional — que somado ao pensamento humanista cristão estruturou o que Yamamoto (2011, apud Yazbek, 2018) descreveu como um “arranjo teórico doutrinatório”.

Isso porque o positivismo considera o capitalismo como inerente à sociabilidade humana, em uma perspectiva instrumentalista e imediatista que visa a manipulação e a regulação do ser social de acordo com os moldes da sociedade burguesa:

Esse horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (Yazbek, 2018, p.56).

Como já mencionado no capítulo anterior, foi apenas no Processo de Renovação da profissão que a perspectiva positivista perdeu sua hegemonia através do amadurecimento dos ideais marxistas presentes na vertente de intenção de ruptura. Neste ponto, a matriz marxista se opõe veementemente à matriz positivista, ao questionar o modo de ser da sociedade burguesa e ao procurar desvendar a essência por trás da aparência de um fenômeno, através do método em Marx.

Sabemos, pela nossa história, que tivemos fortes marcas de fundamentos doutrinários Positivistas e sabemos também que o pensamento conservador nos persegue, nos engendra, de múltiplas formas. Isso porque suas marcas penetram o modo capitalista de pensar, de modo global e especialmente a Cultura Política Brasileira, as Políticas Sociais, nossos âmbitos de trabalho, e a própria vida das classes subalternas, com as quais trabalhamos cotidianamente. Processo que não se dá sem resistências, pois sabemos também que, nas últimas três décadas, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto, para a profissão, sob a direção do pensamento marxiano e da tradição marxista, com múltiplas faces. E, tendo esses referentes como balizamento é que devemos enfrentar a ofensiva conservadora colocada, nessa difícil conjuntura (Yazbek, 2020, p.296).

Dessa forma, o amadurecimento da matriz marxista marca à tomada de consciência das assistentes sociais enquanto categoria profissional inserida na sociedade de classes (Yazbek, 2009), distanciando-se de uma suposta neutralidade e posicionando-se a favor da classe trabalhadora. Por conseguinte, Yazbek (2018, p.66) faz a seguinte análise acerca do método em Marx:

Para o autor, a aparência revela e oculta a essência e essa busca pela essência exige um método que se constitui como materialista, histórico-dialético e que, por isso, entende o concreto como “unidade na diversidade” em sua relação contraditória. Cabe à razão ir além desse processo e realizar a abstração (ir além do dado, descolar-se do empírico) e é “pela abstração que é possível realizar o movimento do abstrato ao concreto”.

Em continuidade, Yazbek (2024) reafirma a centralidade da discussão dos fundamentos para sua análise da profissão. A autora coloca que a agenda neoliberal vem promovendo uma nova sociabilidade, provocando alterações no campo da subjetividade humana e, como resultado, incidindo sobre as esferas da vida social e de referenciais culturais e simbólicos, afetando a relação entre Serviço Social e sociedade (Yazbek, 2024).

Dessarte, a pesquisadora nos convoca a avançar no debate conceitual dos fundamentos com o intuito de realizar uma leitura crítica das novas expressões da “questão social”, características da atual fase do capitalismo. Assim, Yazbek (2024) suscita a importância da compreensão dos fundamentos como forma de oposição à sociedade burguesa enquanto categoria profissional:

Em síntese, de modo geral a profissão é interpelada e desafiada a resistir pela necessidade de construir mediações ideo-políticas, teórico-metodológicas e ações estratégicas de resistência em aliança no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e, especialmente, no contexto das lutas sociais (Yazbek, 2024, p.151).

Em sua nova reflexão, Yazbek (2024) aprofunda seu entendimento acerca dos fundamentos, defendendo a matriz marxista e compreendendo que os fundamentos estão relacionados: à uma abordagem da história a partir da luta de classes; à análise da sociedade através do método materialista-histórico-dialético e à compreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social, técnica, sexual e étnico-racial do trabalho. Segundo a perspectiva desenvolvida e aprimorada pela autora ao longo dos anos:

[...] entendendo aqui por fundamentos a matriz histórico-ontológica, explicativa da realidade, e da profissão, sob múltiplos aspectos, e que permeia a interlocução entre o Serviço Social e a realidade. Fundamentos que, na atualidade, se expressam na abordagem histórico-crítica, fundada na Teoria Social de Marx e na Tradição Marxista, que se coloca como base para o projeto profissional hegemônico, expressando uma direção social que se estrutura nas dimensões histórico-ontológicas, teórico-metodológicas, ético-políticas e tecno-operativas (Yazbek, 2024, p.152).

De acordo com o que foi mencionado, Yazbek (2024) afirma que as diferentes matrizes explicativas da realidade, ou seja, os fundamentos do Serviço Social, baseiam a construção do entendimento sobre a realidade social e, conseqüentemente, o direcionamento das intervenções profissionais. Para a autora, esta compreensão deve acompanhar as transformações societárias e as novas particularidades do desenvolvimento capitalista através da análise materialista dialética da realidade social.

Como sabemos, estas perspectivas têm impulsionado o modo de entender o Serviço Social como profissão na sociedade capitalista, seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão social e técnica do trabalho, bem como a estruturação de seu mercado de trabalho particular é resultante de relações sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários (Yazbek, 2024, p.162).

No âmbito do que foi exposto, podemos afirmar que a autora entende

os fundamentos do Serviço Social como a fundamentação teórico-metodológica que estrutura a profissão. Ora, se os fundamentos são as matrizes explicativas da realidade e da profissão estas são baseadas em teorias sociais, compostas por métodos analíticos de como entender a sociedade. Prosseguindo com esta discussão conceitual, veremos, no próximo subtópico, a concepção teórica de Yolanda Guerra acerca dos fundamentos do Serviço Social.

3.2 O debate dos fundamentos de acordo com Yolanda Guerra

Conforme Guerra (2015), compreender os fundamentos do Serviço Social é importante para conceber a funcionalidade da profissão ao projeto burguês e, dessa forma, alcançar as possibilidades de questioná-lo. A autora indica que o debate dos fundamentos iniciou-se em 1982, em um contexto de análise de um novo currículo para a profissão (Guerra, 2018). Neste quesito, o currículo inaugurado no ano mencionado foi um ponto de inflexão para a formação profissional, visto que forneceu os alicerces para a fundamentação de um projeto de profissão crítico, mesmo que com algumas imprecisões teóricas (Guerra, 2018).

Nesse processo histórico, o debate dos fundamentos encontra sua gênese na necessidade de superar a tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos de 1980, que por sua vez logrou a superação da visão tradicional do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade e consagrou a nova direção social assumida pela categoria explicitada nas "Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social". É a busca em ultrapassar a fragmentação posta pela tricotomia mencionada anteriormente que inaugura o debate de fundamentos históricos e teórico-metodológicos no Serviço Social (Guerra, 2018, p.27).

O enfraquecimento do Serviço Social Tradicional deu lugar a um pluralismo teórico marcado pela disputa relacionada a hegemonia do direcionamento político da profissão, havendo a predominância de duas matrizes teóricas que representam projetos profissionais distintos: a matriz de pensamento positivista e a matriz de pensamento marxista (Guerra, 2015). Este pluralismo teórico e essas disputas entre projetos profissionais são

características da cultura profissional construída ao longo dos anos (Guerra, 2015, p.7):

Esta, como construção coletiva e base na qual a categoria se referencia, constitui-se a mediação privilegiada entre as matrizes clássicas do conhecimento (enquanto referências teórico-metodológicas) e suas programáticas de intervenção (enquanto direção socio-política), os projetos societários em disputa e as particularidades que a profissão adquire na divisão social e técnica do trabalho. Os elementos determinantes da cultura profissional (valores, princípios, referenciais teórico-metodológicos, instrumentos, modos de Nettor, tipo de resposta) dão a direção estratégica do exercício profissional. Ela porta no seu interior, forças, direções e projetos diferentes e/ou divergentes/antagônicos.

No contexto desta disputa de projetos de profissão característica da cultura profissional, Guerra (2015) salienta a necessidade de realizar a crítica à concepção própria de história da matriz positivista como mera ordem cronológica dos fatos. Esta percepção tão-somente histórica tem influenciado o formato das disciplinas de Fundamentos Histórico-Metodológicos (FHTM) pois, conforme afirma a autora, o estudo dos fundamentos tem relegado o presente a segundo plano, partindo de uma perspectiva de história que leva em consideração apenas o passado, deixando de lado as condições e relações de trabalho atuais (Guerra, 2018).

Considerando o que foi demonstrado, Guerra (2015) defende a análise do percurso sócio-histórico da profissão por meio do método em Marx como o caminho ideal para alcançar os fundamentos. Análise na qual faz-se necessário captar os movimentos contraditórios e dialéticos da história de forma a entender que a profissão está inserida em uma realidade concreta e totalizante (Guerra, 2015).

O desvelamento dos fundamentos que subjazem a essas práticas tão comuns entre nós requer uma Teoria Social que nos permita ir além da aparência fenomênica do real e alcance a lógica que estrutura a realidade em que vivemos, atuamos e modificamos, não exatamente como contemplado idealmente em nossos projetos, mas sempre os tendo no horizonte da nossa intervenção social e profissional. Somente os fundamentos da Teoria Social de Marx nos

permitem fazer a crítica ontológica destas fundamentações teórico-metodológicas (2023, p.52).

Ao sustentar-se no método materialista histórico dialético, Guerra (2015) afirma que os fundamentos são compostos por determinações que envolvem: o significado sócio-histórico e a natureza da profissão e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Também se referem às necessidades sociais que geram as demandas profissionais e as respostas esperadas pela ordem vigente, demandas essas que estão relacionadas à um período específico da sociedade capitalista, que deve ser compreendido para que se possa compreender os fundamentos (Guerra, 2015).

Quanto ao Serviço Social, por fundamentos estamos considerando as bases sócio-históricas objetivas e subjetivas, bem como as mediações que vinculam e permeiam o exercício profissional do assistente social, ambos resultantes das determinações societárias mais amplas, as quais se particularizam em determinações próprias da cultura profissional (2015, p.7).

Em concepções pregressas, esses fundamentos seriam de natureza histórico-ontológica, teórico-metodológica e ético-política (Guerra, 2015 e 2023). Em seu texto posterior, Guerra (2024) atualiza os termos de tal interpretação e sustenta que os fundamentos são supostos histórico-ontológicos, teórico-filosóficos — estes levam aos fundamentos teórico metodológicos, ideo-políticos e operativos do Serviço Social. Assim, a autora (Guerra, 2023 e 2024) parte de uma análise dos fundamentos a partir do seu sentido etimológico, interpretando-os como os princípios que sustentam a profissão e sua lógica constitutiva, ou seja, as próprias bases da realidade e da profissão.

Nesta concepção, fundamentos do Serviço Social são os supostos histórico-ontológicos, teórico-filosóficos, ideopolíticos e operativos, tanto constitutivos quanto explicativos da profissão, que só podem ser captados no movimento da realidade e à luz de determinações que o particularizam na formação social, econômica, política e cultural brasileira. Os fundamentos do Serviço Social referem-se à sua gênese, seu modo de ser, de se constituir, suas representações e seus *modus operandi*, sua cultura, e orientam a profissão na realização de suas atribuições e competências (Guerra, 2024, p.169).

Diante das múltiplas naturezas dos fundamentos, Guerra (2023) põe

em destaque o entendimento de que os fundamentos são as bases histórico-ontológicas que estruturam a profissão, defendendo a priorização desse fundamento perante os fundamentos teórico-filosóficos (Guerra, 2024), partindo da seguinte formulação:

Nesta perspectiva, os fundamentos histórico-ontológicos do Serviço Social são as mediações que nos conectam com os modos de ser e de se constituir da sociedade burguesa e da formação econômico-social, política e cultural na particularidade brasileira latino-americana. Tais fundamentos explicitam o caráter histórico da profissão e a função que ocupa na totalidade das relações sociais capitalistas. Neste entendimento, os fundamentos da profissão se constituem na processualidade histórica do capitalismo e da sociedade brasileira, de modo que a análise destes nos permite revelar os fundamentos do Serviço Social (Guerra, 2024, p.174-175).

Todavia, Guerra (2024) não relega a importância dos fundamentos teórico-filosóficos para compreender a realidade e a profissão. Assim, diferentes correntes sociológicas e/ou filosófica oferecem fundamentos teórico-metodológicos distintos para balizar o Serviço Social (Guerra, 2024). Nesta lógica, nem toda fundamentação teórico-filosófica é capaz de reconhecer os fundamentos histórico-ontológicos (Guerra, 2024). Dessa forma, a pesquisadora reforça a visão teórica de que a obra de Marx, através de sua perspectiva ontológica e de realidade, é o pilar dos fundamentos teórico-filosóficos do Serviço Social (Guerra, 2024, p.172):

[...] é a única capaz de compreender os fundamentos que estão na base das intervenções profissionais que se configuram como trabalho, de modo a permitir captar os fundamentos histórico-ontológicos do Serviço Social. Na perspectiva de Marx, não há nem, pode haver distinção entre o que é e o que se apreende dos fenômenos e, embora não havendo coincidência entre a aparência e a essência, o método de conhecimento deve buscar apreender a essência de maneira mais fiel e aproximada possível, captando o caráter específico, histórico e transitório do modo de produção capitalista como a formação social na qual determinadas relações sociais de classe colocam a necessidade da profissão.

Ao prosseguir no debate das diversas naturezas dos fundamentos, Guerra (2024) afirma que os fundamentos ideo-políticos são aqueles que se

referem aos valores que direcionam um projeto de sociedade e, portanto, um projeto de profissão a partir de determinadas concepção da humanidade e do universo. Desta maneira, refletem na forma de executar o trabalho profissional, constituindo os fundamentos ideo-políticos e operativos.

Portanto, os fundamentos histórico-ontológicos, teórico-filosóficos, ideo-políticos e operativos são interdependentes e se complementam entre si (Guerra, 2024). Os fundamentos histórico-ontológicos necessitam dos fundamentos teórico-filosóficos que, por sua vez, estruturam uma concepção de realidade que baliza os valores contidos nos fundamentos ideo-políticos e operativos da profissão (Guerra, 2024).

Em face do que foi exposto, no próximo subitem, colocaremos em pauta o debate dos fundamentos do Serviço Social nos artigos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022). Com este intuito, apresentaremos os dados quantitativos — referentes aos fundamentos — coletados na pesquisa “Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social” para que então possamos analisá-los e, consecutivamente, compreendermos as tendências que os textos do evento apresentam sobre o debate mencionado.

3.3 O debate dos fundamentos no XVII ENPESS (2022)

O estudo previamente citado, intitulado de “Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social” — e publicado parcialmente por Lima *et al* (2024) e Paula *et al* (2025) — objetivou mapear os principais debates que vêm sendo construídos no âmbito da pesquisa na área do Serviço Social sobre os fundamentos da profissão, bem como seu processo de formação profissional e a realização do trabalho profissional das assistentes sociais. Foram analisadas as principais tendências do debate aludido: nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil; nas teses de mestrado e doutorado publicadas nestes Programas e nos artigos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022).

Para este trabalho de conclusão de curso utilizaremos apenas os dados referentes ao último tópico mencionado. Destarte, o mapeamento partiu da

coleta e análise dos textos do evento que se propuseram a debater questões referentes ao eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional e aos subeixos nele contidos: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Nesse sentido, a separação das publicações nestes três (3) subeixos foi realizada a partir da leitura do título, das palavras-chave, do resumo, do eixo central e do subeixo temático de todos os artigos publicados no encontro. O critério final para definir se o artigo se propunha, ou não, a realizar os debates mencionados foi a identificação dos objetivos indicados no resumo de cada texto, entendendo que o eixo temático e as palavras-chaves indicadas pelos autores dos artigos não necessariamente expressavam, sob a perspectiva dos pesquisadores, o real debate que o escritor da publicação desejava realizar.

Dessa maneira, com base nos anais do XVII ENPESS (2022), foram encontrados o total setecentos e noventa e quatro (794) artigos apresentados. Dentre eles, foram cento e dois (102) trabalhos apresentados em vinte e cinco (25) mesas coordenadas; seiscentos e dezenove (619) apresentações orais e setenta e três (73) pôsteres. Vejamos primeiro a incidência do debate de fundamentos, formação e trabalho profissional em cada uma das três modalidades de apresentação para depois nos atermos ao quantitativo total.

Tratando-se das mesas coordenadas, foram cento e dois (102) artigos apresentados ao longo de vinte e cinco (25) mesas. Neste contexto, vinte e três (23) publicações pretendem debater o eixo temático do Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; totalizando, aproximadamente, vinte e três por cento (23%) dos textos apresentados em mesas coordenadas. Analisando aprofundadamente, cinco (5) destes textos se propõem a debater os Fundamentos, dois (2) a Formação e dezesseis (16) o Trabalho Profissional. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 1

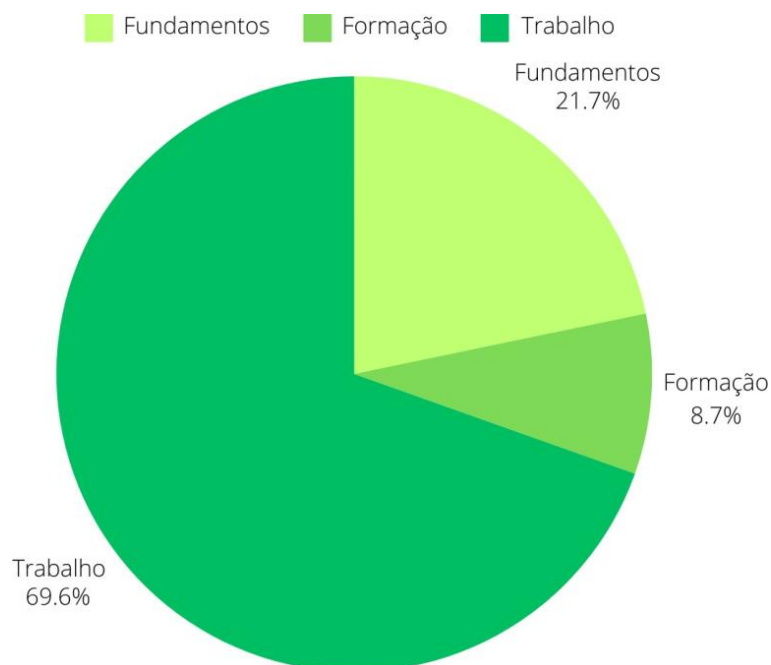


Gráfico elaborado pelos autores a partir dos 102 artigos do eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional apresentados em mesas coordenadas no XVII ENPESS (2022)

Seguidamente, vejamos os artigos referentes às seiscentas e dezenove (619) apresentações orais: cento e oitenta (180) delas se dispõem a discutir os Fundamentos, a Formação ou Trabalho Profissional. Dessa forma, aproximadamente vinte e nove por cento (29%) das apresentações orais pretendem tratar sobre o eixo central dos Fundamentos. Ao destrincharmos este quantitativo, observamos que, dentre estes cento e oitenta (180) artigos, cento e oito (108) se dispõem a tratar sobre o trabalho Profissional; quarenta e oito (48) acerca da Formação; dezoito (18) sobre os fundamentos; cinco (5) sobre a formação e o trabalho e um (1) sobre os fundamentos e o trabalho:

Gráfico 2

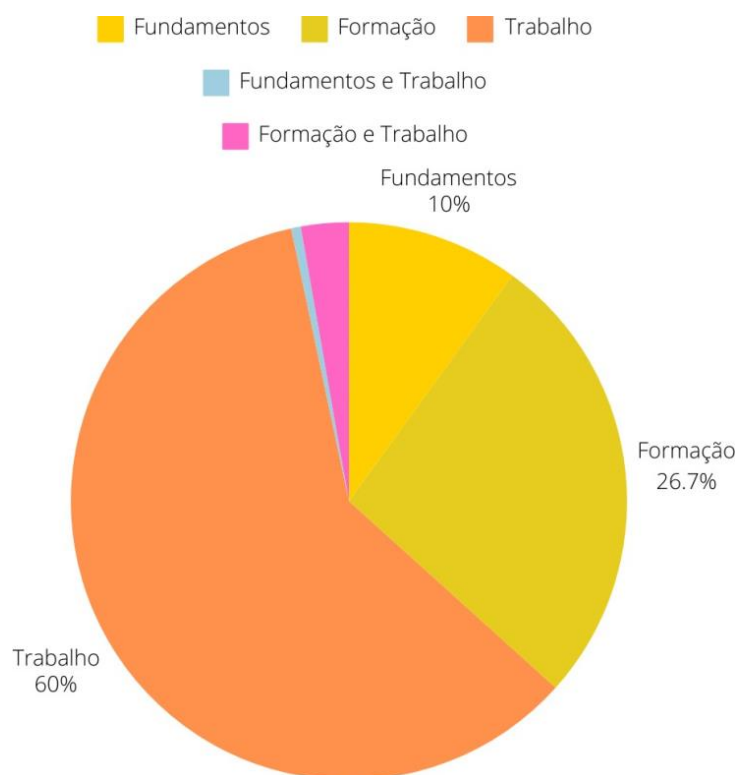


Gráfico elaborado pelos autores a partir dos 180 artigos eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional apresentados oralmente no XVII ENPESS (2022).

Logo após, verificamos os setenta e três (73) textos apresentados no XVII ENPESS (2022) através de pôsteres. Sendo assim, vinte (20) deles planejam debater os fundamentos como eixo temático do texto totalizando, aproximadamente, vinte e sete por cento (27%) das apresentações de pôsteres. Dentre os vinte (20) artigos do eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, dez (10) têm como propósito discutir o trabalho profissional, sete (7) a formação, dois (2) os fundamentos e um (1) a formação e o trabalho profissional.

Gráfico 3

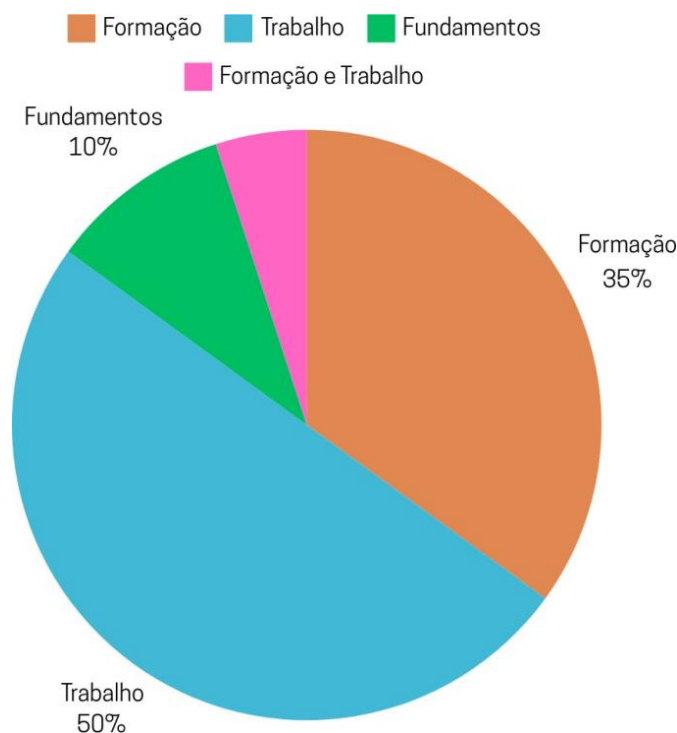


Gráfico elaborado pelos autores a partir dos 20 artigos do eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, apresentados em formato de pôster no XVII ENPESS (2022).

Em vista do que foi exposto, elaboramos uma tabela fazendo um resumo dos dados de forma a comparar o número total de artigos apresentados no XVII ENPESS (2022) que se propõem — no nosso ponto de vista — a realizar o debate de fundamentos, formação e/ou trabalho profissional. Nesse panorama, realizamos uma comparação através de porcentagens aproximadas, com o intuito de melhor visualizar a disparidade entre o quantitativo de trabalhos de cada subeixo:

Tabela 1

	Total de apresentações:	794	
	Apresentações do eixo:	223	28,00%
ENPESS2022	Fundamentos:	25	3,10%
	Formação	57	7,20%
	Trabalho	134	16,90%
	Fundamentos e trabalho:	1	0,12%
	Formação e Trabalho:	6	0,75%

Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados frutos da referida pesquisa atinentes ao XVII ENPESS (2022) acerca dos artigos do eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional — e seus respectivos subeixos — publicados nos anais do evento.

Sendo assim, os dados coletados no Mapeamento escancaram um enorme déficit de publicações sobre fundamentos do Serviço Social na edição do evento aludido. Somando as vinte e cinco (25) sobre fundamentos e a única sobre fundamentos e trabalho, verificamos que estas correspondem a apenas 3,22% dos artigos publicados no XVII ENPESS (2022).

Perante essa grande assimetria comparamos, quantitativamente, os artigos publicados na edição mencionada com aqueles divulgados nas três (3) edições anteriores do evento (2014, 2016 e 2018), com o intuito de identificar se as tendências observadas em 2022 se repetiam nos anos anteriores. Em vista das informações expostas pelas pesquisadoras Paula *et al* (2025), elaboramos a tabela a seguir a partir do comparativo quantitativo e percentual dos artigos de fundamentos, formação e trabalho profissional — das edições do ENPESS de 2014, 2016, 2018 e 2022 — em relação ao total de textos publicados nos eventos (100%).

Tabela 2

Edição do ENPESS	Fundamentos	Formação	Trabalho Profissional
XIV (2014)	5,7%	6,3%	8,2%
XV (2016)	8,5%	12%	9,4%
XVI (2018)	5,4%	7,2%	7,4%
XVII (2022)	3,1%	7,2%	16,9%

Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados evidenciados por Paula *et al* (2025).

De acordo com a Tabela dois (2), os eventos de 2014, 2018 e 2022 apresentam a mesma tendência quantitativa: o número de produções sobre o trabalho profissional foi superior as de fundamentos e as de formação profissional. Apenas na edição de 2016 houve a predominância numérica de artigos sobre formação profissional em relação aos textos do eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Portanto, nas quatro edições do ENPESS mencionadas por Paula *et al* (2025) os artigos de fundamentos apresentam o menor número de publicações quando comparados aos de trabalho e formação profissional. Ademais, ostentam um quantitativo baixo quando comparados ao total de artigos publicados nos anais.

Observe a tabela abaixo (Paula *et al*, 2025), na qual podemos aferir os dados relativos ao eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, assim como seus subeixos: Fundamentos Formação e Trabalho Profissional. As informações se referem as edições de 2014, 2016, 2018 e 2022 do ENPESS, sendo as porcentagens alusivas ao número total de artigos publicados ao longo das edições anuais do Encontro.

Tabela 3

XIV ENPESS (2014)	Fundamentos	5,7%	20,2%
	Formação	6,3%	
	Trabalho	8,2%	
XV ENPESS (2016)	Fundamentos	8,5%	29,9%
	Formação	12%	
	Trabalho	9,4%	
XVI ENPESS (2018)	Fundamentos	5,4%	20%
	Formação	7,2%	
	Trabalho	7,4%	
XVII ENPESS (2022)	Fundamentos	3,1%	28,07%
	Formação	7,2%	
	Trabalho	16,9%	
	Fundamentos e Trabalho	0,12%	
	Formação e Trabalho	0,75%	
Total do eixo			

Tabela elaborada por Paula *et al* (2025) a partir do número de artigos publicados no eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional — e seus respectivos subeixos — nas edições do ENPESS de 2014, 2016, 2018 e 2022.

Ao examinarem, especificamente, as publicações de fundamentos, Paula *et al* (2025) verificam que na edição de 2014 foram apresentados sessenta e três (63) — 5,7% — artigos; na de 2016: setenta e oito (78) — 8,5%, na de 2018: sessenta e dois (62) — 5,4% e na de 2022: vinte e seis (26) — 3,22%. Por conseguinte, é possível notar uma queda significativa nas produções referentes aos fundamentos quando se trata da comparação entre

as quatro (4) edições do ENPESS averiguadas.

Neste quesito, as autoras (Paula *et al*, 2025) elaboram a hipótese que a pandemia da COVID-19, decretada no Brasil em março de 2020, pode ter sido um fator primordial para a queda nas publicações sobre fundamentos no XVII ENPESS (2022). Isso porque a redução do quantitativo de artigos sobre este debate se deu em favor do aumento dos artigos que dizem respeito ao trabalho profissional, como é possível observarmos nas tabelas um (1), dois (2) e três (3). Segundo a hipótese elaborada por Paula *et al* (2025) tal fato foi consequência da pandemia da COVID-19, que gerou novas demandas e desafios para o exercício profissional das assistentes sociais (Paula *et al*, 2025).

Partindo dos dados expostos acima e coletados na pesquisa que estrutura este trabalho de conclusão de curso — “Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social” — nosso objetivo inicial seria realizar a análise qualitativa destes vinte e seis (26) trabalhos considerando pertencentes ao subeixo dos Fundamentos, inserido no eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

No entanto, em dois textos fruto dos estudos desenvolvidos no GEPEFSS (Lima *et al*, 2024 e Paula *et al*, 2025) — que analisam e expõem os dados parciais referentes ao mapeamento dos textos do XVII ENPESS (2022) — as autoras realizaram a leitura integral dos vinte e seis (26) artigos que supostamente debatiam os fundamentos do Serviço Social.

Diante desta abordagem, as pesquisadoras (Lima *et al* 2024 e Paula *et al*, 2024) constataram que apenas sete (7) dos vinte e seis (26) textos indicados na pesquisa apresentaram uma concepção evidente acerca dos fundamentos do Serviço Social. Veja a tabela a seguir, que indica o título dos artigos do evento, bem como as concepções de fundamentos neles contidas, segundo os estudos publicados por Paula *et al* (2025):

Tabela 3

N.º	Título do artigo	Concepção de fundamentos
1	A Produção do Conhecimento sobre os Fundamentos Histórico e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: tendências teórico-políticas em debate	“Para além de uma mera historiografia, os fundamentos permitem apreender o movimento percorrido pela profissão até a construção de sua atual cultura profissional (Lopes e Andrade, 2022, p.2).”
2	Filosofia da Práxis e Serviço Social: sucintas problematizações acerca dos fundamentos do serviço social	“Compreendida enquanto matéria e/ou disciplina de conhecimento indispensável ao processo de formação profissional; enquanto síntese da interlocução que a profissão estabelece com as classes sociais ou, ainda, como “matriz explicativa da realidade” (Yazbek, 2018), é incontestemente a proeminência atribuída aos estudos dos fundamentos do serviço social, nas últimas décadas (Adriano; Guazzelli, 2022, p.2).”
3	Fundamentos do Serviço Social no Brasil: subsídios para revisitar a trajetória histórica da gênese à contemporaneidade	“[...] rememorar a trajetória, o significado sócio-histórico da profissão, os desdobramentos em diferentes cronologias pressupõem apreender o Serviço Social em seu movimento, significa colocar em evidência um desafio infundável ao intelecto da categoria e das entidades representativas que devem ter como compromisso coletivo reafirmar a centralidade da história da profissão [...] (Santos, 2022, p.2).”
4	Fundamentos do Serviço Social: uma lente de leitura para análise do ensino da dimensão técnico operativa	“[...] este texto faz referência ao percurso histórico do debate dos fundamentos, buscando contextualizar o significado social da profissão e destacar os princípios e a lógica das diretrizes curriculares que fundamentam a formação profissional (Carvalho, 2022, p.3) [...]”
5	Serviço Social e Movimentos Sociais: uma proposta analítica para uma história nova da profissão no Brasil entre -1964	“Ao falarmos sobre a história do Serviço Social, indubitavelmente, tratamos sobre os fundamentos da profissão e das relações sociais e condições que lhe conferem um significado social no conjunto da sociabilidade burguesa (Rezende, 2022, p.4).”

<p>6 Tendências Teórico- Metodológicas das Produções sobre Famílias: reflexões críticas a partir dos Fundamentos do Serviço Social</p>	<p>“O método materialista histórico dialético bem como a teoria social marxiana solidificam os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, portanto, consiste na matriz teórico-metodológica hegemônica explicativa da profissão, da sociedade, e da relação entre ambas hoje (Horst e Tomaz, 2022, p.4).”</p>
<p>7 Uma Proposição Teórica Metodológica para Analisar a Validade da Tese da Origem do Serviço Social como Profissão na Ordem Monopólica para Países Periféricos do Capitalismo</p>	<p>“Dentre tais teses, aponta-se a interpretação de Netto que insere a origem e os fundamentos da profissão Serviço Social em uma fase particular do capitalismo, qual seja, a fase do capitalismo monopolista clássico . Nessa direção, não é a emergência da "questão social" per si que configura automaticamente o surgimento da profissão, mas particularidades na forma de se acumular capital (a ordem monopólica da acumulação capitalista), bem como das demandas e a organização dos trabalhadores (Domingos, 2022, p.3).”</p>

Tabela estruturada pelos autores a partir dos dados apresentados por Paula *et al* (2025) acerca dos artigos de fundamentos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022).

Diante do que foi exposto, podemos constatar a significativa escassez do debate de fundamentos nos artigos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022). As vinte e seis (26) publicações de fundamentos analisadas através de seus resumos já constituíam um número muito pequeno de textos, apenas 3,22% das obras publicadas no evento, como já demonstrado anteriormente. Ao aferirmos o estudo mais profundo dos artigos do XVII ENPESS (2022) (Paula et al, 2022), podemos verificar que as sete (7) publicações que realmente discorrem sobre os fundamentos — demonstradas na tabela três (3) — correspondem a menos de 1% dos estudos anexados nos anais do evento.

De acordo com Lima *et al* (2024, p.198-199), a problemática apresentada:

[...] suscita reflexões acerca da apropriação do debate dos Fundamentos pela categoria profissional, principalmente, pelo fato de que em 19 artigos estas discussões não foram apresentadas de forma direta. Se por um lado este registro se faz necessário por se tratar de um elemento fulcral na concepção de profissão, por outro

lado, revela a necessidade de apreender de forma cuidadosa como tem se dado a apropriação desta concepção pela área.

Em vista do que foi demonstrado realizaremos, no próximo subtópico deste texto, a leitura integral desses sete (7) artigos de fundamentos e consecutivamente, vamos elaborar um resumo de cada texto, com o intuito de investigarmos de que forma seus autores discorrerem acerca do debate em questão. Neste contexto, averiguaremos as interpretações teóricas de fundamentos dos autores dos artigos — para além das concepções já demonstradas na tabela três (3) — a fim de constatarmos, de maneira mais específica e complementar, quais percepções teóricas de fundamentos estão sendo aludidas.

Outrossim, vamos apurar se as sete (7) publicações abordam a relação dos fundamentos com a tradição marxista e de que forma se dá esse debate. Finalmente, respaldados por essas informações, apreenderemos as principais tendências do debate de fundamentos nos artigos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022).

3.4 Os sete (7) artigos de fundamentos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022)

O artigo um (1): “A Produção do Conhecimento sobre os Fundamentos Histórico e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: tendências teórico-políticas em debate” (Lopes e Andrade, 2022) investiga a incidência do debate dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social com base nas teses que vêm sendo publicadas na pós-graduação e nos artigos publicados nos anais do XV ENPESS (2016). Dessarte, Lopes e Andrade (2022) partem do pressuposto que há uma significativa redução de pesquisas sobre fundamentos na pós-graduação em Serviço Social.

Os autores (Lopes e Andrade, 2022) estruturam o texto através da ideia de que os fundamentos permitem compreender os fatores históricos que culminaram no desenvolvimento da atual cultura profissional. Nesta lógica, destacam que a reforma curricular de 1982 inaugurou a discussão dos fundamentos históricos e teórico metodológicos da profissão e que as

Diretrizes Curriculares de 1996 concretizaram uma nova concepção teórica acerca da articulação entre os múltiplos fundamentos do Serviço Social (Lopes e Andrade, 2022).

Em continuidade, Lopes e Andrade (2022) mencionam as concepções teóricas e as contribuições de algumas autoras e autores acerca dos fundamentos do Serviço Social. Neste quesito, pode-se mencionar pesquisadoras como Maria Carmelita Yazbek, Yolanda Guerra, Thaísa Teixeira Closs, Marina Maciel Abreu e Rodrigo José Teixeira. Ademais, o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica”, de Raul de Carvalho e Marilda lamamoto (1982) também é mencionado como a obra que consolidou o desenvolvimento de uma nova concepção de profissão — bem como seu significado sócio-histórico — fundada no avanço em relação às interpretações da obra de Marx (Lopes e Andrade, 2022).

Em relação a incidência do debate de fundamentos, os autores também citam a tese de Rodrigo José Teixeira (2019 *apud* Lopes e Andrade, 2022), que aponta que entre 1996 e 2018 foram publicadas duzentas e sessenta e sete (267) teses e dissertações sobre os fundamentos do Serviço Social em um intervalo de vinte e dois (22) anos, totalizando cerca de doze (12) trabalhos sobre fundamentos publicados, por ano, na pós-graduação em Serviço Social. Os acadêmicos também citam brevemente os estudos de lamamoto (2007 *apud* Lopes e Andrade, 2022) e Abreu (2018 *apud* Lopes e Andrade, 2022) que apontam, respectivamente, para a redução de pesquisas sobre fundamentos no Serviço Social e para um número reduzido de publicações no eixo de Fundamentos no XV ENPESS (2016). Outrossim:

Em perspectiva analítica similar, Lewgoy e Serpa (2018, p. 203) ao pesquisarem sobre as temáticas prevaletentes no Grupo Temática de Pesquisa (GTP) criado pela ABEPSS, no eixo de Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional dos trabalhos apresentados anais do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) dos anos de 2014 a 2016, assinalam que, “permanecem restritos temas que problematizem as concepções sobre a natureza do Serviço Social articulado com seus fundamentos como profissão, trabalho e área do conhecimento (Lopes e Andrade, 2022, p.11-12).

Tendo em vista as concepções mencionadas, podemos observar que o primeiro artigo sobre o qual nos debruçamos põe em evidência múltiplas

interpretações teóricas sobre os fundamentos, incluindo aquelas desenvolvidas por Maria Carmelita Yazbek e Yolanda Guerra — dando destaque à perspectiva de Yazbek. Para mais, Lopes e Andrade (2022) argumentam acerca do pouco debate sobre fundamentos nas pesquisas em Serviço Social mencionando, inclusive, os poucos artigos publicados em uma edição do ENPESS anterior (2016).

Subsequentemente, o artigo número dois (2): “Filosofia da Práxis e Serviço Social: sucintas problematizações acerca dos fundamentos do serviço social” (Adriano e Guazzelli, 2022) discorre sobre a concepção teórica e histórica dos fundamentos do Serviço Social no âmbito da tradição marxista. Neste contexto, traz a baila reflexões acerca da filosofia da práxis — através de uma perspectiva gramsciana — abordando o seu significado e as implicações teóricas da mesma, assim como a sua conexão com a relação entre o Serviço Social e a ontologia do ser social.

O serviço social participa e contribui com esse processo, afirmando um projeto profissional, cujos fundamentos que lhe atribuem materialidade são processados na fronteira do pensamento crítico e na luta contra toda forma de exploração e opressão. Nesse processo, a ontologia constitui um recurso teórico-político indispensável à construção de mediações no vínculo orgânico do serviço social com as relações sociais (Adriano e Guazzelli, 2022, p.8).

Assim, Adriano e Guazzelli (2022) ressaltam a perspectiva histórica de profissão contida na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica” (Iamamoto e Carvalho, 1982), na qual é apresentada uma concepção consensual acerca do Serviço Social, bem como seu significado social, cuja compreensão se dá através da apreensão do processo de produção e reprodução das relações sociais (Adriano e Guazzelli, 2022 *apud* Iamamoto e Carvalho, 1982). Ademais, Adriano e Guazzelli (2022) utilizam a compreensão de Maria Carmelita Yazbek (2018) ao considerar os fundamentos como “matriz explicativa da realidade”.

Em vista disso, as autoras (Adriano e Guazzelli, 2022) discorrem acerca da trajetória histórica da profissão no Brasil, refletindo sobre o seu percurso e as tendências estabelecidas na interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, no âmbito do debate dos fundamentos do Serviço Social:

[...] a apropriação do arcabouço da pesquisa marxiana contida na obra de 1982 somente poderia resultar na elaboração de uma concepção de profissão capaz de exprimir idealmente as raízes concretas e histórico-sociais nas se fincam o seu exercício efetivo, então implicado até às tampas com/na totalidade social enfeixada nas relações sociais entre as classes, e, ao mesmo tempo e por isso mesmo, reconhecer as determinações de ordens diversas incidentes no universo do Serviço Social – econômicas, ideopolíticas, ético-morais, teórico-filosóficas, etc (Adriano e Guazzelli, 2022, p.8).

Diante do foi demonstrado, as autoras do artigo em questão (Adriano e Guazzelli, 2022) apontam para a grande importância teórico-política de compreender e estudar os fundamentos do Serviço Social, principalmente considerando a atual conjuntura política e econômica estabelecida pela fase contemporânea de desenvolvimento do capital, que traz ameaças a cultura e as conquistas profissionais estabelecidas ao longo das décadas. Esta questão atinge diretamente a formação e o trabalho profissional, resultando na necessidade de defesa das conquistas ético-políticas empreendidas pela profissão nos últimos anos: “De fato, o vínculo ontológico entre o Serviço Social e a história talvez nunca tenha requisitado tanto, como hoje, a defesa da história política (Adriano e Guazzelli, 2022, p.13).”

Consecutivamente, a publicação de número três (3): “Fundamentos do Serviço Social no Brasil: subsídios para revisitar a trajetória histórica da gênese à contemporaneidade”, Santos (2022) versa sobre a trajetória histórica perpassada pelo Serviço Social desde sua gênese até a contemporaneidade, balizando-se em obras como a de Yamamoto e Carvalho (1982). Dessarte, debate os fundamentos teórico-metodológicos através de sua interlocução com o próprio percurso percorrido pela profissão desde seu surgimento.

Santos (2022) compreende a importância da interlocução entre a gênese e o significado sócio-histórico da profissão, entendendo que a apreensão desta relação “[...] não pode estar dissociada das condições históricas que determinaram a vida em sociedade e a reprodução das relações sociais ao longo da história (Santos, 2022, p.4).”

A autora (Santos, 2022) do artigo em questão não cita, diretamente, a compreensão de outros pesquisadores sobre os fundamentos, porém, deixa evidente o seu ponto de vista referente a este debate: para entender os fundamentos deve-se regatar a trajetória e o significado sócio-histórico da profissão. Santos (2022) também destaca que a tradição marxista, enquanto matriz teóricometodológica, possibilitou o conhecimento das bases histórico-ontológicas que estruturam o Serviço Social, viabilizando o desenvolvimento de uma nova concepção de profissão, assim como a apreensão de suas contradições e mediações.

Ademais, Santos (2022) menciona os Fundamentos Teórico- Metodológicos como pilares para compreender as relações de classe na sociedade capitalista e assim, o próprio Serviço Social:

Diante do exposto, se quer pontuar a essencialidade de iluminar o tempo presente, desvendar os diferentes momentos que constituíram/constituem a profissão e conectar o passado a atualidade, firmando-se nas dimensões da universalidade e processualidade histórica, uma vez que é imprescindível (re)contar a história, os peijos, as conquistas e os desafios – abordar e dá visibilidade ao debate de Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social é elementar para compreender/apreender as determinações da produção e reprodução das relações sociais estabelecidas ao longo da história, compreender as particularidades do cotidiano, pensar, problematizar os rumos e as demandas colocadas à profissão, e por fim, importantíssimo para destrinchar caminhos para continuar no âmbito da luta e da resistência, na perspectiva de construir vias de enfrentamento à esses tempos conservadores (Santos, 2022, p.18).

À luz do que foi demonstrado, a pesquisadora (Santos, 2022) sustenta que assimilar o debate dos fundamentos faz parte do compromisso das assistentes sociais em captar a forma com a qual a profissão está inserida nas relações sociais capitalistas. Permitindo, assim, o entendimento de que o Serviço Social é influenciado por múltiplas determinações conjunturais decorrentes da sociabilidade burguesa (Santos, 2022).

O artigo quatro (4) “Fundamentos do Serviço Social: uma lente de leitura para análise do ensino da dimensão técnico operativa” (Carvalho, 2022) debate a formação profissional e a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Esta

discussão se dá com base nas Diretrizes Curriculares de 1996¹³ e seus três núcleos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional (Carvalho, 2022).

Nesta lógica, a autora considera que os fundamentos do Serviço Social são as manifestações dos núcleos de fundamentação da profissão, expressos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 (Carvalho, 2022, p.2):

A reflexão sobre o ensino da dimensão técnico-operativa, a partir da ótica dos Fundamentos do Serviço Social, considera que estes são a expressão de uma unidade dos núcleos de fundamentação e que os núcleos apresentam elementos de uma totalidade para a análise das dimensões profissionais no âmbito da formação, dentre elas, destacamos a dimensão técnico-operativa.

Nessas condições, Carvalho (2022) elucida que para apreender estes núcleos é preciso partir da compreensão que os fundamentos da profissão estão alicerçados ao projeto de formação profissional, que expressa a Teoria Social Marxista. Durante o texto, ela aborda o debate dos fundamentos do Serviço Social tendo como ponto de partida a Reforma Curricular de 1982, passando pela aprovação das Diretrizes de 1996 e a Resolução do Ministério da Educação (MEC) n 15, de 13 de março de 2002, que teve disparidades com o texto de 1996, referentes ao direcionamento ético-político da formação profissional (Carvalho, 2022).

Segundo Carvalho (2022), a disputa pelo direcionamento do currículo da profissão vem estabelecendo desafios para a dimensão técnico operativa do Serviço Social. A autora (Carvalho, 2022) defende o uso de instrumentos e

¹³ De acordo com Carvalho (2022, p.7), as Diretrizes de 1996 “[...] expressam a compreensão da profissão, do seu significado social, no seu modo de constituir-se no processo das relações sociais”.

técnicas a partir de uma perspectiva crítica, que se opõe a redução da dimensão mencionada ao mero tecnicismo. Ademais, Carvalho (2022) demonstra sua preocupação com a formação profissional perante o cenário pós-pandêmico de agudização da precarização da mesma.

Finalmente, a pesquisadora (Carvalho, 2022) conclui que a formação profissional em Serviço Social vem enfrentando ameaças relacionadas a mercantilização do Ensino Superior e a contrarreforma da educação. Portanto, diante do cenário apresentado, ela destaca a importância de compreender a dimensão técnico-operativa por intermédio do debate dos fundamentos e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS como forma de enfrentar a tratativa reducionista e acrítica que tem sido dada a dimensão técnico operativa através de uma perspectiva meramente instrumental (Carvalho, 2022).

Em continuidade, o artigo cinco (5) "Serviço Social e Movimentos Sociais: uma proposta analítica para uma história nova da profissão no Brasil entre 1940-1964" (Rezende, 2022) foi produzido a partir das reflexões desenvolvidas através da elaboração de uma tese de doutorado que estava em desenvolvimento até o momento da publicação. Rezende (2022) versa sobre a relação entre a trajetória histórica da profissão e os movimentos sociais a partir da perspectiva teórica de José Paulo Netto, recorrendo à revisão bibliográfica de obras da tradição marxista com o intuito de entender a relação estrutural entre "questão social" e Serviço Social.

À vista disso, o pesquisador compartilha algumas das concepções teóricas que estão sendo desenvolvidas em sua tese, que busca contribuir para a construção coletiva de uma nova história para o Serviço Social brasileiro. Rezende (2022) considera que a história da profissão faz parte de seus fundamentos e das relações sociais que conferem a ela um significado social no contexto da sociabilidade burguesa.

De tal modo, o então doutorando discorre brevemente acerca da trajetória sócio-histórica percorrida pelo Serviço Social a partir das reflexões de Yamamoto e Carvalho (1982), principalmente no que tange a razão de ser da profissão e as novas requisições que esta têm recebido a partir do acirramento da "questão social" (Rezende, 2022). Em seguida, investiga a relação da profissão com os

movimentos sociais, considerando-os constitutivos e constituintes da determinação política da “questão social” (Rezende, 2022). Como estabelece Rezende (2022), tal envolvimento já foi evidentemente demonstrado por Yamamoto e Carvalho em 1982.

Ao examinar essa relação, Rezende (2022) constata que existe uma lacuna referente a produção de pesquisas em Serviço Social que debatem a relação histórica da profissão com os movimentos sociais. Ele cita, inclusive, dados quantitativos referentes ao XVI ENPESS (2018), evento anterior aquele atinente a nossa pesquisa — apenas 2,5% dos artigos publicados em mesas coordenadas e apresentações orais tratavam dos movimentos sociais e apenas 1,6% deles debatiam acerca da relação entre o Serviço Social e as lutas sociais (Rezende, 2022). Também realiza a problematização teórica acerca do conhecimento já produzido no âmbito da trajetória sócio-histórica e profissional do Serviço Social e sua relação com o processo de reivindicação política da classe trabalhadora.

Diante da escassez de textos atinentes a história da profissão e dos movimentos sociais, Rezende (2022) reforça sua tese: existe a necessidade de se construir “histórias novas” associadas ao Serviço Social, principalmente se considerarmos o atual cenário de reacionarismo e retaguarda da classe trabalhadora. Portanto, ele entende que estudos assim constituem uma resistência teórico-política do pensamento crítico e um fortalecimento dos ideais contidos do projeto ético-político profissional (Rezende, 2022).

De modo sequencial, o texto de número seis (6) “Tendências Teórico-Metodológicas das Produções sobre Famílias: reflexões críticas a partir dos Fundamentos do Serviço Social” (Horst e Tomaz, 2022) expõe a pesquisa que investiga as produções acadêmicas em Serviço Social, no Brasil, que abordam o debate sobre família. Tal estudo teve como principal intuito identificar os fundamentos teórico-metodológicos da profissão. Neste sentido, os autores estão entendendo por fundamentos as matrizes explicativas da realidade e da profissão chegando, inclusive, a referenciar a concepção de Yazbek:

Na área do Serviço Social, ao longo da história e atualmente, são

diversas as Matrizes teóricas e tendências explicativas da realidade que engloba desde tendências com viés do capitalismo burguês, anticapitalistas, conservadoras, entre outras (YAZBEK, 2018), como: o positivismo, abordagem funcionalista, foucaultiana, as perspectivas marxistas (Gramsci, Marx, Lukács, Mészáros, Teoria Marxista da Dependência), o pensamento doutrinário, o pensamento conservador, dentre outros (Horst e Tomaz, 2022, p.4).

Na verdade, o raciocínio estruturado pelos autores ao abordarem os fundamentos se assemelha a lógica com a qual Yazbek escreveu seu texto em 2018. Objetivando abordar este debate, os autores colocam em evidência algumas concepções teóricas ancoradas em diversas matrizes explicativas da realidade, como por exemplo o pós-modernismo de Foucault e o positivismo de Durkheim. Neste quesito, é importante salientarmos que os autores não reservaram trecho do texto para explicar brevemente a matriz de pensamento marxista, diferente do que fizeram com as outras concepções teóricas.

Prosseguindo, com base na exposição já realizada, Horst e Tomaz (2022) analisaram sessenta e dois (62) artigos, publicados em periódicos, sobre Serviço Social e Família: dezesseis (16) deles tinham como referencial teórico-metodológico a matriz de pensamento marxista, trinta e quatro (34) deles debatiam sobre família tendo como perspectiva a política social e doze (12) deles tratavam sobre as múltiplas correntes de pensamento discutidas pelos autores ao longo do trabalho e exemplificadas no parágrafo anterior. Perante o que foi exposto, os autores constataram que a crítica ao familismo é uma das tendências perpassadas pelos textos analisados, principalmente aqueles que tratam de política social.

Diante dos resultados da pesquisa, Horst e Tomaz (2022) apontam para as divergências na compreensão dos fundamentos teóricos-metodológicos da profissão, constatando a pouca incidência de artigos que têm como base analítica a teoria social marxista. Os pesquisadores elaboram a hipótese de que estes dados demonstram que os núcleos de fundamentação da profissão não estão sendo apreendidos de forma articulada e integradora (Horst e Tomaz, 2022). Tal compreensão seria necessária para que seja possível analisar a realidade de forma crítica e alinhada com o projeto ético-político, refletindo nas

análises sobre Serviço Social e família no sentido de defender a perspectiva crítica de que o modelo familista coloca a família como responsável pelas determinações sociais capitalistas, desresponsabilizando o Estado ao transformar questões de âmbito coletivo em questões de âmbito privado.

Enfim, o artigo de número sete (7) “Uma Proposição Teórico Metodológica para Analisar a Validade da Tese da Origem do Serviço Social como Profissão na Ordem Monopólica para Países Periféricos do Capitalismo” (Domingos, 2025) defende e discorre acerca da perspectiva de Netto (1992), referente ao período no qual o Serviço Social passou por seu processo de profissionalização. Tal interpretação refere-se a perspectiva de que os países periféricos, especificamente, passaram pelo momento de profissionalização da profissão no período da ordem monopólica do capital — tardiamente quando comparado aos países imperialistas.

Assim, Domingos (2022) ancora-se nas concepções desenvolvidas por José Paulo Netto, principalmente aquelas contidas na obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (1992), para discorrer acerca do início da era dos monopólios, seu desenvolvimento e suas características. Neste ponto, aborda a contradição estabelecida pelo capital no que diz respeito as respostas da classe trabalhadora às consequências impostas pelo modelo monopolista. Segundo a interpretação do autor, o capitalismo monopolista foi o espaço sócio-histórico de emergência do Serviço Social pois foi o momento no qual se deu sua profissionalização (Netto, 1992 *apud* Domingos, 2022):

Assim, caracteriza Netto, que o Serviço Social não emerge diretamente das práticas caritativas, mesmo que guarde relação com as mesmas, mas da organização monopólica do capital, pois, só aí é possível pensar no espaço que essa atividade, como profissão, se insere na divisão social do trabalho (com remuneração, com práticas socialmente reconhecidas através de arcabouço legal, com instâncias representativas) que encontrará, principalmente no Estado e nas intervenções através das políticas sociais públicas o seu principal espaço sócio-ocupacional, apenas quando as condições históricas as favorecem, e não da existência per se da "questão social" (Domingos, 2022, p.9).

Ele (2022) traz à baila sua apreensão das reflexões desenvolvidas por

Netto (1992 *apud* Domingos, 2022), inclusive no que tange os fundamentos do Serviço Social: o autor referenciado aborda esta discussão partindo da ideia de que a origem dos fundamentos da profissão se deu a partir da origem da fase monopólica do capital. Além disso, destaca a Teoria de Marx como marco teórico-analítico utilizado por Netto para chegar as conclusões desenvolvidas.

O autor conclui que, nos países periféricos, o Serviço Social passou por um processo de institucionalização de forma tardia e que ainda existe uma presença do vínculo confessional-caritativo pois este fez parte da história do desenvolvimento da profissão nestas nações:

O Serviço Social em países periféricos possui maior predominância dos vínculos com as práticas caritativas em face da relação simbiótica entre o Estado – expresso em regimes políticos totalitários em vários destes – e a Igreja Católica, porém em seu desenvolvimento a profissão vai se laicizando e consolidando seu estatuto teórico, bem como a tecnificação de suas práticas, mantendo, portanto, uma lógica dialética de continuidade/ruptura com o caritativismo (Domingos, 2022, p. 16).

Tendo em vista o supracitado, o autor reforça a ideia de que, nos países periféricos, a profissão ganhou legitimidade social e se inseriu na divisão social e técnica do trabalho de forma tardia, quando comparada aos países imperialistas, o que seria próprio da sua condição subalterna ao capital monopolista. Outrossim, em consonância com a perspectiva de Netto (1992), Domingos (2022) afirma que a forte presença do conservadorismo e do confessionalismo nos países periféricos — com um passado de regimes políticos autoritários — mantém uma relação de continuidade com as características contidas nas protoformas do Serviço Social, havendo limites para a laicização da profissão e sua ruptura com suas bases conservadoras e religiosas.

Consecutivamente, no último subitem do tópico três (3) vamos verificar as tendências do debate de fundamentos nos artigos publicados no XVII ENPES (2022). Com este intuito, vamos nos debruçar acerca dos sete (7) artigos evidenciados neste subtópico, além de tecermos breves comentários sobre os dados quantitativos já demonstrados. Dessa forma, será possível apreendermos a importância da realização de produções acadêmicas sobre fundamentos, bem

como a sua compreensão teórica e conceitual.

3.5 As tendências do debate de fundamentos no XVII ENPESS (2022)

Diante da exposição referente aos sete (7) artigos de fundamentos do XVII ENPESS (2022) verificamos algumas tendências entre eles. A primeira é que os artigos um (1) e dois (2) citam o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica”, de Yamamoto e Carvalho (1982), como o marco do desenvolvimento de uma nova concepção de profissão no país. Já as publicações de número três (3) e cinco (5) utilizam as perspectivas desenvolvidas na obra citada para tratar da trajetória sócio-histórica do Serviço Social no país. Desta forma, os quatro textos aludidos abordam os fundamentos do Serviço Social à luz das interpretações de Yamamoto e Carvalho (1982).

A segunda tendência é que todos os textos desenvolvem (alguns de maneira muito breve) concepções fundadas no âmbito da tradição marxista. Dessa forma, nem todos falam diretamente sobre a importância da apreensão da Teoria Social Marxista para compreender os fundamentos, todavia, entendem a relevância da tradição marxista para compreender o Serviço Social na sociedade, principalmente se tratando do seu significado sócio-histórico .

Finalmente, ao realizar a leitura dos sete (7) artigos, foi possível notar que a maioria deles apresentam breves afirmações diretas sobre o que são os fundamentos do Serviço Social. No entanto, ao tratarem sobre a trajetória sócio-histórica da profissão, seu significado social e o marco da tradição marxista para uma nova concepção de Serviço Social os textos acabam por expor, de forma mais densa, as suas interpretações atinentes as perspectivas desenvolvidas por autores clássicos dos fundamentos do Serviço Social brasileiro, principalmente as de Marilda Yamamoto.

Em relação aos debates conceituais mais atuais, o texto seis (6) deixa evidente o seu posicionamento em favor da interpretação de Yazbek em relação a sua perspectiva de fundamentos, enquanto o texto um (1) cita diversas visões sobre este debate, incluindo as de Guerra e Yazbek, já desenvolvidas no subitem 3.3 deste trabalho. Já o texto quatro (4) fala dos fundamentos como

manifestações dos núcleos de fundamentação da profissão, expressos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e o sete (7) apresenta parte das reflexões de Netto, que difere com Yamamoto no âmbito da apreensão de como se deu o surgimento e a profissionalização do Serviço Social no Brasil.

Por fim, os artigos quatro (4), cinco (5) e seis (6) abordam outros debates, juntamente e de forma complementar aos fundamentos, entendendo que a compreensão das diferentes problemáticas apresentadas passa pela apreensão dos fundamentos. Enquanto isso, o texto quatro (4)¹⁴ trata dos fundamentos e da formação profissional, o cinco (5) dos fundamentos e movimentos sociais¹⁵ e o seis (6) dos fundamentos e família. Por conseguinte, as três (3) publicações demonstram a importância de enxergar as questões pertinentes ao Serviço Social com base em seus fundamentos. É preciso entender o que é essa profissão e como se deu a sua trajetória para compreender, fortalecer e efetivar o projeto ético-político profissional.

Continuando, as constatações de Lopes e Andrade (2022) acerca das produções acadêmicas sobre fundamentos estão em consonância com nossa pesquisa no que diz respeito a baixa produção acadêmica de estudos relacionados aos fundamentos da profissão. Nesse sentido, tratando-se do mapeamento apresentado neste trabalho, entendemos que os sete (7) artigos que expressam uma concepção clara de fundamentos representam um quantitativo muito pequeno quando comparados aos setecentos e noventa e quatro (794) artigos publicados em todo o XVII ENPESS (2022).

Desse modo, evidencia-se a necessidade de a categoria profissional empreender esforços em uma maior aproximação com a temática dos Fundamentos do Serviço Social. É a análise dos Fundamentos do Serviço Social que propicia compreender, de forma mais ampla, essa profissão inserida na totalidade histórica que coloca para os profissionais limites, mas também lhes abre possibilidades, em seu

¹⁴ Dentre os sete (7) artigos analisados, o de número quatro (4) é o único que relaciona os fundamentos com outro subeixo contido no eixo temático de Serviço Social: fundamento, formação e trabalho profissional — o da Formação Profissional.

¹⁵ O artigo cinco (5) é o único das sete (7) publicações analisadas que não pertencem, de acordo com a classificação de textos do XVII ENPESS (2022), ao eixo temático de Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. Este foi enquadrado pelo evento no eixo temático de Movimentos Sociais e Serviço Social. Ao realizarmos a leitura integral do artigo, constatamos que, de acordo com nossa interpretação, este se enquadra em ambos os eixos temáticos.

cotidiano profissional (Paula *et al*, 2025, p.15).

O que estamos querendo pontuar é que a discussão dos fundamentos deve estar no centro das preocupações do Serviço Social pois os fundamentos são o que estruturam a própria profissão. Por este motivo, entendemos a importância de publicações de outros eixos temáticos que também abordem os fundamentos como ponto de partida para análises referentes a múltiplas linhas de pesquisa, assim como foi feito no artigo cinco (5).

À luz do que foi exposto, realizaremos, no próximo item, as considerações finais atinentes a este trabalho de conclusão de curso. Nesse quesito, vamos revisar o que foi debatido ao longo deste texto, com o intuito de constatarmos se os objetivos pretendidos foram alcançados. Além disso, vamos expor como se deu o processo de elaboração deste TCC.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho de conclusão de curso tratamos do debate acerca dos fundamentos do Serviço Social, com o intuito de identificarmos as principais tendências desta discussão nos artigos publicados nos anais do XVII ENPESS (2022). Para chegar nesse resultado, resgatamos a trajetória sócio-histórica da profissão e seus fundamentos, além de tratarmos das concepções de Maria Carmelita Yazbek e Yolanda Guerra acerca da discussão aludida.

Consecutivamente, investigamos o quantitativo de artigos do subeixo de Fundamentos do Serviço Social – dentro do eixo Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional – publicados nos anais do evento sinalizado, comparando o número de produções de fundamentos, formação e trabalho profissional entre si e entre o total de publicações do Encontro. Além disso, também comparamos o quantitativo de publicações do eixo temático de Fundamentos entre as seguintes edições: ENPESS de 2014 (XIV), 2016 (XV), 2018 (XVI) e 2022 (XVII).

Em decorrência dos dados analisados, apuramos as principais tendências no debate de fundamentos no XVII ENPESS (2022) através da análise dos sete (7) artigos publicados no evento sobre esta discussão. Assim, o estudo apresentando logrou êxito em alcançar os objetivos por ele propostos, constatando uma tendência voltada para o deficit considerável no que tange o debate de fundamentos no XVII ENPESS (2022).

Neste ponto, cabe ressaltarmos a importância dos dados coletados, já que tal encontro é de caráter nacional, sendo um dos maiores eventos brasileiros de Serviço Social, juntamente com o CBASS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais). Tais circunstâncias nos levam a concordar com a hipótese proposta por Paula et al (2025) e Lima et al (2024), no que tange a escassez do debate dos fundamentos em todo âmbito do Serviço Social brasileiro.

Em face do exposto, constatamos que, apesar desse deficit, o debate de fundamentos continua atual e não pode ser visto como um elemento estático, que ficou no passado. Isso porque, como vimos no item dois (2), o Serviço Social está condicionado às transformações sociais, estando ele inserido em seu movimento histórico-dialético.

Outrossim, cabe ressaltarmos que os estudos já realizados no GEPEFFS e na iniciação científica (referente a pesquisa "Mapeamento sobre o debate dos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional no Serviço Social") foram alicerces fundamentais para a construção deste trabalho, no qual o orientando pode perpassar por debates vistos não só no currículo básico da graduação, mas também em pesquisas mais específicas. Neste sentido, ficou evidente a importância de compreender o Serviço Social dentro do seu movimento histórico e da relevância do método materialista histórico dialético para tal análise societária. Assim sendo, o TCC foi de grande importância para o orientando revisar e aplicar o método em Marx, debatido durante toda a graduação.

À guisa de conclusão, compreendemos que estudar os fundamentos parte de um esforço de apreender o próprio Serviço Social na totalidade da sociedade. Deste modo, nossa dedicação a esse debate parte do entusiasmo referente a própria profissão, assim como o projeto profissional hegemônico pelo qual ela tem sido regida. O interesse do orientando acerca das pesquisas sobre fundamentos só aumentou durante a realização deste trabalho, havendo a pretensão de dar continuidade e profundidade, na pós-graduação em Serviço Social, aos estudos referentes a discussão mencionada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. História. Brasília, jul 2024, site da entidade. Disponível em: <https://abepss.org.br/historia/>. Acesso em: 18 set 2025.

ABEPSS. Notícias. Femenagem à professora Marilda Vilella Iamamoto. Brasília, mai 2025, site da entidade. Disponível em: <https://abepss.org.br/femenagem-a-professora-marilda-villela-iamamoto/>. Acesso em: 10 out 2025.

ADRIANO, Ana Livia. GUAZZELLI, Amanda. Filosofia da Práxis e Serviço Social: sucintas problematizações acerca dos fundamentos do serviço social". In: **anais XVII ENPESS**. Fortaleza, 2022.

ALBIERO, Cleci. **Fios que tecem a formação profissional: um estudo sobre o estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social na região Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**. Tese (doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

BENEVIDES, Gies. LIMA, Maria José. Os desafios do trabalho profissional do/a assistente social na pandemia de COVID-19. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 29, n. 2, p.126-138, mai/ago 2023.

CARVALHO, Cristiane. Fundamentos do Serviço Social: uma lente de leitura para análise do ensino da dimensão técnico operativa. In: **anais XVII ENPESS**. Fortaleza, 2022.

CORVALAN, Jenifer. MACIEL, Ana Lúcia. A Formação Profissional em Tempos de Ensino Remoto Emergencial: inflexões ao projeto profissional do Serviço Social. In: **Anais do VI SERPINF e IV SENPINF**. Rio Grande do Sul, 2022.

da SILVA, Jude. ELOI, Carla. Além do Binário: como discursos afetam o acesso de pessoas não binárias a tratamentos de afirmação de gênero. **Revista Periódicus**, Salvador, n.17, v.2, p.173-191, jan-jun 2022.

DOMINGOS, Flávio. Uma proposição teórico-metodológica para analisar a validade da tese da origem do Serviço Social como profissão na ordem monopólica para países periféricos do capitalismo. In: **anais XVII ENPESS**. Fortaleza, 2022.

ESCURRA, Maria Fernanda. IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social e trabalho da(o) Assistente Social: revisitando o debate histórico-crítico. In: MELO, Ana.; CARDOSO, Isabel. FORTI, Valeria. **Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias**. 1ª Edição. Minas Gerais, Navegando. 2020, p.93-116.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n.140, p.48-65, 2021.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (1932-1934). Tradução de: COUTINHO, Carlos Nelson. HENRIQUES, Luiz Sérgio. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de: COUTINHO, Carlos Nelson. HENRIQUES, Luiz Sérgio. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, p.11-110, 1999.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico metodológica no trabalho de

assistentes sociais. *In: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Minas Gerais, CRESS/MG, p.43-58, 2023.

GUERRA, Yolanda. Consolidar Avanços, Superar Limites e Enfrentar Desafios: os Fundamentos de uma Formação Profissional Crítica. *In: Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. GUERRA, Yolanda et al. Campinas, Papel Social, p.25-46, 2018.

GUERRA, Yolanda. Fundamentos, afinal do que se trata? Elementos para a formulação de uma concepção sobre fundamentos na perspectiva crítica. *In: LIMA, Cristiana et al. Serviço Social ao redor do mundo: debate crítico sobre fundamentos e formação profissional*. 1ª Edição. Amazonas, Alexa Cultural e Editora da Universidade Federal do Amazonas, p.165-p.184, 2024.

GUERRA, Yolanda. O Serviço Social e a análise crítica de seus fundamentos. *In: Anais do 3 Encontro Internacional de Política Social e 10 Encontro Nacional de Política Social*. Vitória, 2015.

HORST, Claudio. TOMAZ, Ludimilla. Tendências Teórico-Metodológicas das Produções sobre Família: reflexões críticas a partir dos fundamentos do serviço social. *In: anais XVII ENPESS*. Fortaleza, 2022.

IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.120, p.609-639, out/dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda.; Carvalho, De Raul. *Relações Social e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológico*. 24ª Edição. São Paulo, Cortez Editora, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. *In: Diálogos do cotidiano – Assistente social*. Reflexões sobre o cotidiano profissional. Brasília, CFCFESS, p.16-48, 2021.

IAMAMOTO, Marilda. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.136, p.439-461, set/dez. 2019.

LIMA, Cristiana *et al.* Debate sobre os fundamentos do Serviço Social nos encontros nacionais de pesquisadores(as) em Serviço Social e nas teses e dissertações da área. *In: LIMA, Cristiana et al. Serviço Social ao redor do mundo: debate crítico sobre fundamentos e formação profissional*. 1ª Edição. Amazonas, Alexa Cultural e Editora da Universidade Federal do Amazonas, p.185-208, 2024.

LIMA, Telma. MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.10, p.37-45, 2007.

LOPES, Vinícius. ANDRADE, Liliâne. A Produção do Conhecimento sobre os Fundamentos Histórico e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: tendências teórico-políticas em debate. *In: anais XVII ENPESS*. Fortaleza, 2022.

MONTEIRO, Marina. TOLEDO, Sabrina. A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.11, n.2, ago/dez 2011.

MORAES, Carlos. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p.588-607, set/dez 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et al.* **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 1ª Edição. São Paulo, Cortez Editora, p. 1-22, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª Edição. São Paulo, Cortez Editora, 1992.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.41-50, jan/jul. 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª Edição. São Paulo, Cortez Editora, 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 10ª Edição. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. **Lusíada: Intervenção Social**. Lisboa, n.42/45, 2015.

OLIVEIRA, Edístia. CHAVES, Helena Lúcia. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.128, p.143-163, jan-abril. 2017.

PAULA, Luciana, de. et al. Fundamentos do Serviço Social: análise do debate presente no XVII ENPESS. **Argumentum**, Vitória, v.17, p.1-16, 2025.

PAULA, Luciana de. **Um debate sobre estratégias e táticas**: problematizações no campo do Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Larissa. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.12, n.2, p.268-277, jul/dez. 2009.

RAICHELIS, Raquel. ARREGUI, Carola. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.140, p.134-152, jan/abri. 2021.

REZENDE, Juliano. Serviço Social e Movimentos Sociais: uma proposta analítica para uma história nova da profissão no Brasil entre 1940-1964. *In*: **anais XVII ENPESS**. Fortaleza, 2022.

SANTOS, Ethiene. Fundamentos do Serviço Social no Brasil: subsídios para revisitar a trajetória histórica da gênese à contemporaneidade. *In: anais XVII ENPESS*. Fortaleza, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. As diferentes perspectivas conceituais da Tradição Marxista presentes no debate dos Fundamentos do Serviço Social brasileiro. *In: LIMA, Cristiana et al. Serviço Social ao redor do mundo: debate crítico sobre fundamentos e formação profissional*. 1ª Edição. Amazonas, Alexa Cultural e Editora da Universidade Federal do Amazonas, p.149-164, 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicas e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. *In: Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. GUERRA. Yolanda et al. Campinas, Papel Social, p.47-81, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n.140, p.293-306, jul/dez 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS; ABEPSS, 2009, p. 1-27.